

Irenilza Oliveira e Oliveira

**Aquisição do português brasileiro como língua estrangeira:
o movimento do verbo**

**Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1999**

Irenilza Oliveira e Oliveira

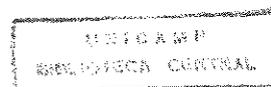
Aquisição do português brasileiro como língua estrangeira:
o movimento do verbo

Dissertação apresentada ao Curso de
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Lingüística.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mary Aizawa
Kato

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1999

9914869



Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Mary Aizawa Kato

Prof. Dr. Jürgen M. Meisel

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Torres Moraes

Prof^a. Dr^a. Esmeralda V. Negrão (suplente)

Este exemplar é a redação final da test
defendida por Grizilda Oliveira e
Oliveira

e aprovada pela Comissão Julgadora em
11 / 02 / 99.

Dr. MARY AIZAWA KATO

Aos meus pais maravilhosos,
Irenio Teles de Oliveira e
Valdete Santos de Oliveira
E ao meu muito amado
Sívio Roberto.

Agradecimentos

A Mary Kato pela amizade, atenção, estímulo e tão cuidadosa orientação e pela tranquilidade que me transmitiu durante a execução deste trabalho.

A Ilza Ribeiro, por incentivar a realização do Programa de Mestrado interinstitucional UNICAMP/UEFS, através do qual tive a oportunidade de crescer enquanto profissional e de conhecer pessoas tão adoráveis.

A Jairo Nunes e Ilza Ribeiro que, como membros da banca de exame de qualificação, trouxeram grandes contribuições para esta dissertação em forma de críticas e sugestões.

Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP— Ester M. Scarpa, Sírio Possenti, Maria Luíza Braga, Chalotte Galves e Maria Cecília Perroni— que, através de seus ensinamentos, colaboraram para a realização deste trabalho e pela afetuosa recepção quando da minha chegada à Campinas.

A Maria Cecília Perroni um agradecimento especial pela grande atenção, cuidado e carinho dispensados até o momento final deste trabalho.

Ao Prof. Jürgen Meisel em virtude das esclarecedoras indicações dadas sobre aquisição de segunda língua, durante a sua permanência na UNICAMP como professor convidado.

Às Professoras Vera Rollemberg e Rosa Virgínia Mattos e Silva, representando meus professores do Curso de Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia, pelos seus valiosos ensinamentos que resultaram na minha iniciação em pesquisa.

A Beth, Odete e todos os funcionários da Pós-Graduação do IEL/UNICAMP e a Deinise, secretária da Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS, pelo auxílio a mim oferecido.

À minha amiga irmã Cristina Carvalho, pela amizade incontestada, estímulo incessante e pela revisão deste trabalho.

A Maria José (Zezé) e Conceição, pela calorosa acolhida durante a minha permanência na cidade de Feira de Santana.

Às minhas amigas e colegas de curso – Dilzete Mota, Conceição Fonseca, Gilcélia Pires, Gildete Xavier e, em especial, minha amiguinha Nelmira Moreira – pelo companheirismo durante todo o curso.

Aos meus irmãos que zelaram pela saúde e bem-estar de meus pais enquanto estive ausente, com menção especial a Célia, que me transmitiu tranqüilidade durante este período.

Ao Programa de Ajuda de Custo (PAC) da Universidade do Estado da Bahia, mais especificamente à Subgerente da PPG, Nélia Salles, pelo seu atencioso atendimento, e à CAPES pelo auxílio financeiro para a realização deste trabalho.

Sumário

- Introdução e objetivos -----1

Capítulo 1

O movimento do verbo

- 1.1. O problema: o movimento do verbo-----1
- 1.2. Os efeitos visíveis do movimento do verbo que podem atuar como *trigger*---2
- 1.3. O que determina V para I no português brasileiro-----2
4
- 1.5. Os efeitos visíveis de V para I no português brasileiro-----2
- 1.6. O movimento do verbo em duas línguas germânicas: holandês e alemão-----4
- 1.7. Os efeitos V para I para C no holandês e alemão-----2
- 1.8. Comparação dos efeitos visíveis do movimento do verbo no português brasileiro e no holandês e alemão com base nos advérbios aspectuais e modalizadores-----2

Capítulo 2

A Teoria de Princípios e Parâmetros e a aquisição da linguagem

- 2.1. A Teoria de Princípios e Parâmetros e a aquisição de primeira língua-----0
- 2.1.1. A aquisição do holandês e alemão como L1-----2
0
- 2.1.1. A aquisição do português brasileiro como língua materna-----2
- 2.2. A Teoria de Princípios e Parâmetros e a aquisição de língua estrangeira-----2

Capítulo 3

Análise dos dados

- 0
- 3.1. Os advérbios sentenciais e o advérbio de inclusão *também*-----1
- 3.2. Sobre os advérbios aspectuais-----1
- 3.3. Outras contribuições
- 3.3.1. A negação-----1
- 3.3.2. O advérbio de modo-----1
- Considerações finais-----1
- Abstract-----1
- Referências bibliográficas-----1

Resumo

Análise do resultado alcançado por um adulto estrangeiro, cuja língua materna (L1) é o holandês, quando da aquisição/aprendizagem do português brasileiro (PB). O objetivo é observar se é o Language Acquisition Device (LAD) chomskyano ou o Problem-solving Cognitive System (PSC) proposto por Felix que entra em operação, ou se existe uma co-atuação desses dois sistemas. As diferentes posições dos advérbios aspectuais, do advérbio modalizador *talvez* e do advérbio *também*, considerado como indicador de inclusão são utilizadas como evidência empírica em favor da postulação de que o tipo de movimento do verbo apresentado nos enunciados do sujeito desta pesquisa é V para I (conforme o PB) e não V para C (próprio do holandês). Os problemas eventualmente apresentados relacionados à falta de flexão nominal ou verbal são, então, justificados pela não-aprendizagem de determinados itens lexicais funcionais. Assim, os dados indicam que um indivíduo adulto, mesmo após a “idade crítica” para aquisição da linguagem, tem acesso aos princípios da Gramática Universal (GU), caracterizando uma real aquisição da segunda língua (L2), mas que este processo não exclui a aprendizagem de determinados aspectos da L2.

Introdução e objetivos

No presente trabalho me proponho a analisar o resultado alcançado por um adulto estrangeiro, quando da aquisição/aprendizagem do português. Será analisado o movimento do verbo nas estruturas apresentadas por um sujeito cuja língua materna (L1) é o holandês, através do comportamento dos advérbios aspectuais¹, do advérbio modalizador *talvez*² e do advérbio *também*, que é considerado como indicador de inclusão mas que, de acordo com o que foi por mim verificado, se comporta nas orações em português do Brasil (doravante PB) de forma semelhante àquela dos advérbios aspectuais, tanto no que diz respeito à sua distribuição, quanto ao fato de poder ser empregado como resposta curta para perguntas do tipo SIM/NÃO.

A partir do que for averiguado sobre o movimento do verbo na fala desse sujeito, procurarei responder a uma questão básica sobre a aquisição/aprendizagem de língua estrangeira (L2): se o adulto, mesmo após a “idade crítica” para aquisição da linguagem (que alguns autores descrevem como sendo até os doze anos), terá acesso aos princípios da

¹ Kato e Tarallo et alii (1993), com base em Kato e Tarallo (1992) fazem distinção entre os advérbios aspectuais (*nunca, sempre, etc*) e temporais (*agora, hoje, etc*), usando como critério o fato de os primeiros poderem ser usados como respostas curtas a perguntas do tipo SIM/NÃO, enquanto os segundos não.

² Neste trabalho, estarão sendo usados os termos *modalizador* e *sentencial* para se referir a um mesmo tipo de advérbio.

Gramática Universal (GU), caracterizando, assim, uma real aquisição da L2, através de um processo inconsciente; ou se o adulto apenas assimilará a construção das estruturas da L2 num nível superficial e consciente, o que, por sua vez, caracterizará uma mera aprendizagem desta língua.

Desta forma, este estudo tem como objetivo geral identificar o(s) mecanismo(s) utilizado(s) pelo adulto quando da aquisição/aprendizagem de uma L2, ou seja, observar se é o Language Acquisition Device (LAD) chomskyano ou o Problem-solving Cognitive System (PSC) proposto por Felix (ver capítulo 2) que entra em operação ou, uma terceira alternativa, se existe uma co-atuação desses dois sistemas.

Além disso, esse estudo tem como meta, mais especificamente, observar se o sujeito desta pesquisa, num período tardio do processo de aquisição/aprendizagem do PB como L2, que aqui chamarei de *período de acomodação*, apresenta uma regularidade na distribuição dos advérbios modalizadores e aspectuais e do advérbio *também* (este comparável ao advérbio aspectual no PB), o que poderá servir como um forte indício de que o sujeito desta pesquisa esteja realizando um tipo de movimento do verbo conforme o PB, sem nenhuma interferência da gramática de sua L1.

A partir dos dados preliminares, argumentarei a favor da hipótese de que o que realmente encontramos é um duplo processo: de aquisição e também de aprendizagem de L2; esta aquisição estaria comprovada pelo movimento do verbo de V para I de acordo com a fixação dos parâmetros em PB (que se apresenta bastante diferente da fixação de parâmetros em holandês, uma vez que nesta língua o verbo se move de V para o I final e, depois, para C), evidenciado pelas diferentes posições dos advérbios. Os problemas eventualmente apresentados relacionados à falta de flexão nominal ou verbal seriam então justificados pela não aprendizagem de determinados itens lexicais funcionais.

Os dados relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa serão analisados sob a luz da Teoria de Princípios e Parâmetros (GB) proposta por Chomsky (1981) e mais especificamente, com base nos estudos sobre o movimento do verbo apresentados primeiramente por Pollock (1989), em seguida por Belletti (1995) e Kato & Nascimento (1996), sobre algumas línguas românicas; e Haegeman (1991) e Vikner (1995) sobre o holandês e o alemão.

O sujeito sobre o qual se baseia este trabalho é de origem belga, tem como L1 o holandês e, quando se iniciou a coleta dos dados, tinha dezoito anos

de idade e estava no Brasil há, aproximadamente, três meses e meio. Além de sua L1, K. aprendeu o alemão e o inglês via instrução formal. No entanto, o PB foi por ela adquirido informalmente, por imersão, em contexto natural.

A vinda de K. para o Brasil se deu através de um programa de intercâmbio responsável por trazer jovens de diversas nacionalidades, entre dezessete e dezoito anos de idade para permanecerem no Brasil pelo período de um ano.

Aqui K. se hospedou com uma família de classe média alta, que reside num bairro de classe média alta de Salvador. Durante as entrevistas, foi possível perceber o ótimo relacionamento entre K. e seus pais e irmãos brasileiros e a ativa vida social da qual desfrutava.

Embora K. tenha freqüentado uma escola no Brasil, sinto-me à vontade para afirmar que o processo de aquisição pelo qual passou em nada se deveu a esse contato formal, visto que a língua portuguesa que se ensina nas escolas é voltada para a norma padrão estabelecida pelas gramáticas que, por sua vez, estão dirigidas pela variante europeia do português. Além disso, o ensino do português nas escolas secundárias não é direcionado para o aluno estrangeiro.

A amostra se constitui de cinco gravações da fala de K. feitas a cada duas semanas, por meio de conversação livre ou semi-dirigida, quando ela pôde relatar suas experiências no seu país de origem e no Brasil e falar sobre qualquer assunto de seu interesse.

A escolha pelo método de observação longitudinal deveu-se ao fato de que, já que todo o trabalho será baseado na GB e, para essa teoria, o desenvolvimento lingüístico se dá igualmente para todo indivíduo qualquer que seja a sua origem, sendo diferente apenas o ritmo em que esse processo acontece, os dados de K seriam suficientes para a comprovação ou não da hipótese apresentada. Pretendo no futuro desenvolver estudos dos dados de outros sujeitos.

Com o intuito de se obter dados de mais de um tipo de gênero discursivo, foi pedido a K. que, após assistir a um filme ou ler um artigo de jornal ou revista, recontasse esse filme ou falasse sobre o assunto retratado no artigo lido.

Para a identificação dos indícios que levassem às respostas das questões arroladas nesta pesquisa, as gravações foram transcritas grafematicamente

e, depois, foi feito o levantamento dos dados relevantes para a análise do problema.

Este levantamento foi efetuado, primeiro selecionando as sentenças que continham os advérbios mencionados acima e sublocando-as em três grupos distintos e, depois, subdividindo esses três grupos de acordo com a distribuição dos advérbios nas sentenças.

Logo, este trabalho se justifica pela tentativa de apresentar uma colaboração para a definição do tipo de processo (se aquisição ou aprendizagem) pelo qual passa um indivíduo adulto quando exposto a uma língua estrangeira com o intuito de usá-la como meio de comunicação e de integrar-se a um determinado grupo.

CAPÍTULO 1

O movimento do verbo

1.1. O problema: o movimento do verbo

Muitos estudos recentes têm se preocupado em descrever a estrutura clausal e explicar o movimento dos constituintes dentro da estrutura sintática nas mais diversas línguas. Mas, de acordo com Lightfoot e Hornstein (1995), as preocupações das investigações sobre as propriedades das operações de movimento, até um passado pouco distante, não estavam voltadas para a natureza do movimento em si, mas ao movimento de sintagmas inteiros como, por exemplo, os trabalhos sobre a teoria do vestígio das regras de movimento, sobre as posições para as quais os NPs poderiam se mover e as posições das quais eles teriam que se mover, e aqueles acerca das restrições de localidade que atuam sobre o movimento, trabalhos estes que se tornaram cada vez mais aprofundados com o surgimento da Teoria do Caso.

Porém, conforme os autores, pode-se observar, recentemente, um número cada vez maior de estudos sobre o movimento do núcleo, a partir da

apresentação de novas teorias do movimento que abordam tanto os sintagmas inteiros quanto os núcleos.

No que tange especificamente ao movimento do verbo, muitas investigações têm sido feitas com o intuito de responder a questões similares àquelas que tanto ocupam os estudiosos do movimento dos NPs: as posições de onde os verbos se movem, suas trajetórias derivacionais e as posições onde eles devem pousar; as condições de licenciamento que regulam o movimento do verbo; e, a mais intrigante de todas, qual o parâmetro que requer o movimento do verbo.

Alguns aspectos sobre movimento do verbo já são tidos como bastante consensuais pelos sintaticistas interessados neste fenômeno:

- i) o verbo só pode se mover para posições de núcleo, deixando seu vestígio no(s) núcleo(s) por onde passou, ou no lugar de origem se o verbo se move uma só vez;
- ii) o movimento do verbo também obedece as Restrições de Movimento do Núcleo (HMC), restrições que são reduzidas ao Princípio das Categorias Vazias (ECP) no esquema de “Barriers”; e
- iii) os traços funcionais (C, I, Det) são representados como núcleos funcionais que projetam sintagmas inteiros.

No que diz respeito aos núcleos funcionais clausais, é também assumido que existem, pelo menos, dois deles: o C, que projeta o CP e o I, que projeta o IP (Chomsky (1986b)). Porém postulações posteriores mais sofisticadas têm assumido a divisão do IP em outras projeções máximas como o TP (tempo), AgrP (concordância), AspP (aspecto) e NegP (negação) (cf. Pollock (1989), Belletti (1990)). Há ainda aqueles que propõem a divisão do AgrP em AgrSP e AgrOP (cf. Belletti (1995), Figueiredo Silva (1996)) e defendem a recursividade de algumas categorias funcionais como o CP (Rizzi (1996) e Vikner (1995)).³

Mas, o que motivaria o movimento do verbo em algumas línguas e em outras não? E o que determinaria diferentes posições de pouso para o verbo, resultando em diferentes ordens de palavras entre as línguas?

Chomsky (1995:135) apresenta a hipótese de que os verbos, assim como outros elementos da sentença, se movimentam para checar traços morfológicos. Assim, se uma dada língua tem um Agr forte, ou melhor, se em uma dada língua Agr apresenta traços-V fortes, o verbo é atraído por ele para que ocorra a checagem, gerando o movimento. Se, por outro lado, a

³ O sintagma funcional TP seria o núcleo que abrigaria o traço [+/_ finito], o AgrP carregaria os traços de pessoa e número (assumindo-se a proposta do AgrP dividido, o AgrSP suportaria os traços de pessoa e número do NP-sujeito, enquanto o AgrOP carregaria os traços de pessoa e número do objeto) e o AspP seria o responsável pela atribuição de traços como [+/_ progressivo] ou [+/_ perfectivo].

língua apresenta um Agr com traços-V fracos, este Agr é incapaz de atrair o verbo temático, embora seja capaz de hospedar auxiliares.⁴ Ele ainda recorre a uma explicação alternativa proposta por Pollock (1989), segundo a qual, os auxiliares, não sendo atribuidores de papel temático, podem ser gerados ou alçados para Agr sem com isso violar o Critério Theta, mas o verbo que tem papel temático a atribuir, sendo alçado para um Agr fraco, violaria o Critério Theta porque ele não carregaria traços no seu vestígio para atribuir papel temático ao seu complemento.

Porém Lasnik (1992) contraria essa hipótese apresentada por Pollock. De acordo com esta proposta, nas línguas que possuem Agr com traços-V fracos o alçamento do verbo é restringido pelo Critério Theta. E partindo desta perspectiva, já que os verbos auxiliares não são atribuidores de papel temático, não deveria haver nenhum tipo de restrição ao alçamento de verbos auxiliares, sendo permitido o alçamento destes verbos até mesmo em orações infinitivas. Mas o que Lasnik observa, através de exemplos como (1), (2) e (3) abaixo, é que esse alçamento só é permitido em orações finitas e que, conforme Lasnik (1981) e Chomsky (1991)⁵, o uso do auxiliar *do* só é possível se o verbo *be* não é alçado, como em (3).

⁴ Pollock (1989), para os termos “forte” e “fraco”, apresenta os correferentes “transparente” e “opaco”.

⁵ Lasnik (1981) e Chomsky (1991): apud Lasnik (1992).

(1) John is not noisy.

John está neg. barulhento

(2) * Be not noisy.

Seja neg. barulhento

(3) Do not be noisy.

Aux. neg. seja barulhento

Partindo desta perspectiva, o autor sugere que, no inglês, as orações finitas requerem o alçamento do verbo auxiliar, mas não permitem o alçamento do verbo temático, ao passo que as orações infinitivas não permitem a subida de nenhum dos dois tipos de verbo; e, no francês, o alçamento dos dois tipos de verbo é permitido nas orações finitas, mas nas infinitivas somente o verbo auxiliar pode ser alçado.

Assim, o autor propõe que os traços-V do Agr de sentenças finitas do francês sejam considerados fortes; os das sentenças infinitivas do francês e finitas do inglês sejam considerados moderados; e os das sentenças

infinitivas do inglês sejam considerados fracos. E, pressupondo que os verbos temáticos são verbos fortes e os auxiliares são verbos moderados, acrescenta, concordando com Pollock, que o alçamento de verbo envolve adjunção deste ao afixo e postula que os traços-V não podem suportar um verbo mais forte que ele próprio, o que significa dizer que os traços-V moderados do Agr de sentenças finitas do inglês não suportam o verbo temático por este ser forte, mas suportam o verbo auxiliar que é moderado.

Sobre o *trigger* que desencadearia a aquisição do movimento do verbo pelas crianças, Lightfoot e Hornstein (op. cit.) supõem o seguinte: se os verbos se movem para checar traços morfológicos, a criança, com base no Princípio do Espelho (Baker (1988))⁶ e sendo capaz de identificar os elementos de tempo e concordância, poderia detectar a seqüência das posições para as quais o verbo deveria se mover para pegar (partindo da visão da GB), ou checar (concordando com o Programa Minimalista), os morfemas de tempo e concordância, de acordo com a ordem em que esses morfemas estão afixados ao radical do verbo.

No entanto, alguns fatos parecem contrapor a explicação sobre o *trigger* acima:

⁶ De acordo com este princípio as derivações morfológicas devem refletir diretamente as derivações sintáticas e vice-versa (cf. Ouhalla (1991)).

i) Existem línguas que, assumindo a proposta de Lasnik (1992), possuem Agr com traços-V moderados ou fracos, que não permitem que os verbos se movam na sintaxe visível para as projeções funcionais para a checagem de traços morfológicos; e

ii) nem todas as categorias funcionais têm seus morfemas especificados.

1.2. Os efeitos visíveis do movimento do verbo que podem atuar como trigger

Eu poderia dizer aqui que a sintaxe de outros elementos poderia também ser considerada como *trigger* para a criança deduzir o movimento do verbo: são os advérbios, os quantificadores e a inversão verbo-sujeito nas sentenças interrogativas.

Belletti (1995), por exemplo, investigando os itens de polaridade negativa e os verbos infinitivos no francês e no italiano, conclui que os itens de polaridade negativa seguem o verbo infinitivo no italiano, mas precedem o verbo infinitivo no francês.

A partir de sentenças como (4-a,b), a autora prevê a cliticização do elemento que ocupa o núcleo do NegP (*ne* do francês e *non* do italiano) à esquerda do Agr para ambas as línguas. A diferença, no entanto, está no

fato de que, no italiano, o verbo se move para T e depois para Agr obrigatoriamente, enquanto no francês o verbo pode subir para T, mas não para Agr.

(4)a. Gianni ha deciso di non tornare mai.

Gianni tem decidido de não retornar mai

“Gianni decidiu não retornar mais.”

b. Jean a décide de ne jamais rentrer.

Jean tem decidido de não mais retornar

c. *Jean a décide de ne rentrer jamais.

Jean tem decidido de não retornar mais

Belletti acrescenta que o exemplo em (4-c) é agramatical em função do movimento do verbo para Agr, o que, não é permitido no francês. Esta ordem *ne-verbo-advérbio* negativo só seria possível no caso de o advérbio ser o *pas*, que seria gerado no SpecVP.

A inversão verbo-sujeito nas interrogativas seria um outro *trigger* para a aquisição do movimento do verbo, uma vez que a criança decidirá que, na língua à qual está exposta, o verbo se move para checar traços flexionais se

ela tem na sua experiência lingüística dados que indiquem que o verbo, na sentença interrogativa, sobe para uma posição inicial na estrutura sintática, passando durante sua trajetória derivacional por posições onde lhe são afixados traços morfológicos.^{7,8}

Em relação aos advérbios, elementos para os quais me direcionarei quando da análise dos dados, a criança não teria que fazer muito esforço para utilizá-los como *trigger*, embora eles variem muito no que concerne à posição que ocupam na sentença dependendo do tipo de escopo.

Belletti (1995) indica três posições possíveis para os advérbios sentenciais na sintaxe do italiano: em posição inicial absoluta (5-a), imediatamente após o sujeito (5-b), e em posição final absoluta (5-c).

(5) a. *Probabilmente* Gianni arriverà domani.

“Provavelmente Gianni chegará amanhã.”

b. Gianni *probabilmente* arriverà domani.

c. Gianni arriverà domani, *probabilmente*.

⁷ Ao se mencionar o termo *afixados* não se pretende restringir à afixação de elementos flexionais que são visivelmente identificados, mas também se refere a traços morfológicos que não estão visíveis na estrutura superficial do verbo.

⁸ Entretanto, como contraponto a esta proposta de que a inversão verbo-sujeito seria uma espécie de *trigger* para a aquisição do movimento do verbo para a checagem de traços morfológicos, há línguas como o sueco que, conforme Vikner (1995), embora permita o movimento do verbo para o núcleo de CP, este não checa seus traços flexionais no núcleo de IP.

Para a autora, a posição básica seria a primeira. A segunda seria resultado da topicalização, ou deslocamento à esquerda, do sujeito⁹ e a terceira seria em função do seu deslocamento à direita¹⁰. Mas, como a ordem básica é aquela em que o advérbio está em posição inicial absoluta, precedendo a sentença inteira, e as outras possíveis posições não derivam de nenhum processo especial envolvendo o advérbio sentencial, Belletti argumenta que, tendo como base os exemplos em (5), este tipo de constituinte não desempenha um papel importante para a observação do movimento do verbo no italiano.

Sobre esta mesma classe de advérbio Belletti apresenta a proposta de Kayne (1989a) para explicar a diferença entre as estruturas do francês e do inglês equivalentes às orações em (5-b) do italiano. Segundo esta proposta, os advérbios sentenciais teriam sua posição básica entre as duas primeiras projeções funcionais da estrutura sintática e as diferentes posições em (5) estariam relacionadas à diferença fundamental entre o francês e o inglês no que concerne o movimento do verbo, ou seja, enquanto no primeiro há movimento do verbo para fora do VP, no segundo o verbo permanece

⁹ Segundo Belletti o sujeito é topicalizado se ele é um quantificador indefinido e ele é também topicalizado ou deslocado à esquerda se é um NP referencial.

¹⁰ A hipótese de deslocamento do advérbio à direita não é uma solução muito bem aceita por alguns sintaticistas, a exemplo de Kato e Castilho (1991) que propõem o movimento de toda a sentença à esquerda do advérbio.

interno ao VP, tendo o advérbio que preceder o verbo no inglês e segui-lo no francês, como mostram os exemplos de Belletti aqui reproduzidos em (6).

(6) a. John probably likes (*probably) linguistics.

Jonh provavelmente gosta (provavelmente) de lingüística.

b. Jean (*probablement) aime probablement la linguistique.

Jean (provavelmente) ama provavelmente a lingüística.

Partindo desta perspectiva, Belletti analisa o comportamento dos advérbios sentenciais em sentenças do italiano que apresentam tempo verbal composto, como em (7).

(7) a. Probabilmente Gianni ha sbagliato molte volte.

“Provavelmente Gianni tem errado muitas vezes.”

b. Gianni probabilmente ha sbagliato molte volte.

c. Gianni ha sbagliato molte volte, probabilmente.

d. Gianni ha probabilmente sbagliato molte volte.

De acordo com a autora, as posições do advérbio em (7-a,b,c) seriam resultado dos mesmos processos envolvidos para derivar as diferentes ordens em (5).

Porém, analisando (7-d), Belletti sugere que o advérbio seja um elemento modificador de Agr_SP. Assim, uma vez adotada a hipótese do Agr_SP recursivo, haveria duas possibilidades de localização para este constituinte: no Agr_SP mais alto ou no mais baixo da sintaxe. Então, (7-d) seria resultado do movimento do verbo auxiliar (*ha*) para o núcleo do Agr_SP mais alto, que teria no seu especificador o NP-sujeito (Gianni), ficando o advérbio (probabilmente) no Agr_SP mais baixo.

Desta forma, esta posição do advérbio sentencial (entre o verbo auxiliar e o verbo temático) estaria apresentando evidências do movimento do verbo no italiano.

Belletti (1990) analisa também o comportamento desses constituintes no italiano, mostrando haver aí também um indício do movimento do verbo nesta língua.

(8) Gianni sbaglia *spesso*.

“Gianni erra freqüentemente.”

A partir de uma sentença como (8) acima, pode-se observar que esses elementos podem realmente se constituir num *trigger* para o movimento do verbo, já que é pressuposto que advérbios dessa classe são gerados numa posição inicial do VP. Assim, o advérbio estaria inicialmente numa posição superior ao verbo, mas como o italiano é uma língua cujo paradigma permite o movimento do verbo do VP para o IP, a ordem verificada em (8) seria derivada.

No entanto, a autora chama atenção para a possibilidade de frases do italiano com esse tipo de advérbio em outras posições que não aquela apresentada em (8) e que não podem ser explicadas pelo movimento do verbo.

(9) a. *Spesso* Gianni sbaglia.

b. Gianni *spesso* sbaglia.

Belletti (1990), explica a existência de frases como (9-b), que passam a impressão de que não houve o movimento do verbo, estando diretamente relacionada a possibilidade de sentenças como (9-a). Segundo a autora, a primeira seria derivada de um processo de topicalização do advérbio e a

segunda resultado de dupla topicalização: inicialmente do advérbio e, depois, do sujeito.

1.3. O que determina V para I no português brasileiro

Dentre os estudos sobre o movimento do verbo nas línguas românicas, me aterei ao trabalho de Galves (1994), que se propõe a analisar este fenômeno em PB, visto que é a esta língua que o sujeito desta pesquisa está exposto.

De acordo com Galves, uma peculiaridade do PB, que em muito contrasta com o português europeu (PE), é o caráter defectivo do seu paradigma verbal, que não apresenta uma forma específica para a segunda pessoa e, assim, a forma usada para essa pessoa do discurso é a mesma usada para a terceira pessoa.

singular

1^a. eu ando

2^a. você anda

3^a. ele anda

plural

nós andamos

vocês andam

eles andam

Segundo a autora, a desconfiguração do PB, no que diz respeito à possibilidade de uso do sujeito nulo, não é em função da falta de legitimação formal (que é feita pelo tempo (T)), mas de identificação devido à fraqueza de sua concordância (Agr)¹¹, uma vez que:

Agr, at least in the third person singular, seems to be referentially too weak to identify a null subject as a specific null pronoun. In fact, this null subject is like PRO. In the absence of a potencial antecedent, it is interpreted as indeterminate¹². (Galves, 1994: 16)

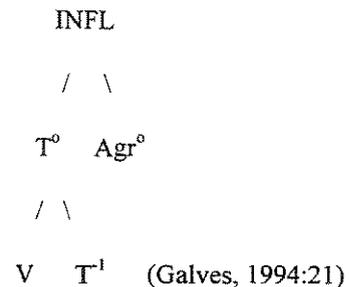
Galves ainda ressalta, a partir do proposto por Roberts (1990), que o paradigma de concordância do PB não é nem formalmente nem funcionalmente rico e que este aspecto da língua, de certa forma é incompatível com o seu estatuto de língua *pro-drop*.

O PB, partindo da proposta formulada por Galves, não teria um IP dividido em duas projeções máximas, mas seria apenas uma projeção com natureza dupla [T, Agr].

¹¹ Cf. Rizzi (1986).

¹² Assim, no PB, a falta de identificação do *pro* numa sentença finita com o verbo flexionado na terceira pessoa do singular resultará, quando não na indeterminação do sujeito, na ambigüidade da sentença, visto que esta forma verbal, na falta da forma para a segunda pessoa do singular, poderá se referir tanto à terceira quanto à segunda pessoa do discurso.

We must now deal with the apparent contradiction displayed by BP. It has been shown that it has a poor Agr, as does English, so that at first sight, it should not display verb movement. But this contradiction is only apparent, since there is another element in Infl which attracts V: Tense. In effect, since there is an infinitival morpheme in BP, we can assume, following Roberts (1990), that BP has T^{-1} . At S-structure, Infl therefore has the following form:



Desta forma, mesmo o Agr sendo fraco não evitaria o T de reger e T-marcas o sintagma verbal (VP). A posição SpecIP seria uma posição argumental (A), que hospedaria o sujeito, uma vez que esta posição é a do especificador da projeção de Agr e não de T; e a posição de complemento seria preenchida pelo VP, já que o VP é internamente uma projeção de T.

Uma vez que o T tenha um sujeito realizado foneticamente como seu especificador não haverá problemas: ele o licenciará formalmente por poder atribuir caso nominativo por concordância devido a sua relação especificador/núcleo; porém, em relação ao *pro*, este será também licenciado formalmente pelo T, mas como o T não apresenta traços para a

identificação do sujeito nulo e o Agr no PB é fraco, ele não será identificado.

Pode-se, assim, pressupor que o PB, embora apresente um Agr fraco, possui movimento do verbo do núcleo de VP, onde ele é gerado, para o núcleo de IP. Esse movimento é motivado pelo T que, no PB, se apresenta forte.

Mas quais são os indícios na sintaxe visível que podem indicar à criança o movimento do verbo em PB?

1.4. Os efeitos visíveis de V para I no português brasileiro

Em Figueiredo Silva (1996), um estudo que objetiva descrever o comportamento do sujeito no PB dentro da perspectiva da Teoria de Princípios e Parâmetros, observa-se também uma preocupação de identificação do movimento do verbo nesta língua.

Para isto, a autora, em muito direcionada pelas propostas de Pollock (1989), procura desvendar em que extensão podem as diferentes posições do advérbio contribuir para a identificação deste fenômeno e para a

determinação do núcleo funcional que servirá de local de pouso para o verbo.

Antes, porém, Figueiredo Silva propõe, baseada em Laenzlinger (1994), uma distinção entre os advérbios “baixos”, que são adjungidos ao VP ou ao AspP¹³ e advérbios “altos”, estes adjungidos a nódulos mais altos da estrutura. Dentre os primeiros estariam os advérbios de modo e os aspectuais e dentre os segundos estariam os advérbios modalizadores, os de grau, como *quase*, e o advérbio aspectual *já*.

O que a autora observa é que os advérbios que, segundo Pollock (1989), “são engendrados na posição inicial do sintagma verbal” no PB apresentam-se antes (10-a) ou depois (10-b) do verbo temático, não deixando evidente o movimento do verbo do núcleo do VP para um núcleo funcional da sintaxe. Ainda, esses elementos podem assumir outras posições como antes do sujeito e no final da sentença como em (10-c) e (10-d).

- (10) a. O João *raramente* lê os jornais.
 b. O João lê *raramente* os jornais.
 c. *Raramente* o João perde a cabeça.

¹³ A autora adota a hipótese do INFL dividido onde o AgrP domina o TP proposto por Belletti (1990).

d. O João perde a cabeça *raramente*.

Para a autora, uma possibilidade de explicação para as duas primeiras sentenças seria assumir que o verbo no PB pode se mover para uma posição mais alta (10-b) ou podem os afixos descer em direção ao verbo (10-a).¹⁴

A distribuição dos advérbios “altos” proposta pela autora é ilustrada em (11).

- (11) a. O João *quase* perdeu a cabeça.
 b. O João tinha *quase* perdido a cabeça
 c. O João *quase* tinha perdido a cabeça.

Sobre este tipo de advérbio é dito que, embora “alto” não pode aparecer antes do sujeito, ficando apenas entre este e o verbo flexionado ou entre o auxiliar e o verbo temático¹⁵. E ainda, a esses advérbios são somados os que a autora chama de pragmáticos (*felizmente*), orientados em direção ao

¹⁴ Mas como, partindo do Programa Minimalista, o movimento do verbo não é facultativo, mas sim obrigatório para todas as línguas onde este fenômeno é permitido e não existe mais a possibilidade de descida de afixos, essa tentativa de explicação não encontra suporte no modelo teórico atual. Adicionalmente, esta explicação não consegue abranger os exemplos (10-c) e (10-d).

¹⁵ Embora a autora afirme que esse advérbio não pode aparecer antes do sujeito, considero uma sentença como *Quase o João perde a cabeça* como bem-formada.

sujeito (*deliberadamente*) e modalizadores, que podem também ocupar a posição inicial de CP.

Mesmo frente a esses dados com tantas posições possíveis para o advérbio, Figueiredo Silva assume as idéias propostas por Pollock e Belletti que descartam a possibilidade de uma regra de movimento dos advérbios. Ela reafirma a proposta de que os advérbios “baixos” são gerados na posição inicial do VP ou AspP, enquanto os “altos” se originam na posição inicial da frase e prevê, a partir das diferentes fronteiras que podem ser ocupadas pelos diferentes advérbios, que o verbo no PB não sobe para a projeção flexional mais alta, parando no núcleo de TP.

Porém, Kato e Nascimento (1996), estudando o comportamento dos advérbios aspectuais e dos quantificadores flutuantes no PB, partem da hipótese de que a variação da ordem de palavras de sentenças que envolvem esses constituintes se dá não só a partir do movimento (ou não-movimento) do verbo de V para I, como também do movimento desses advérbios e quantificadores para a esquerda com adjunção a predicados que estão numa posição mais alta na sentença.

Para os autores, os advérbios aspectuais encontram-se, assim, em várias posições distintas na sintaxe: a) adjungido a uma predicação secundária baixa (12-a), b) adjungido a um VP (12-b,c), c) adjungido a IP (12-d). No entanto não é apresentada uma explicação de sentenças como (12-e), em que o aspectual aparece antes do verbo, mesmo tendo este se movido para I, já que não existe entre o VP e o IP uma projeção máxima ao qual o advérbio possa se adjungir.

(12) a. Eles bebem *sempre* cerveja no bar.

b. Eles querem *sempre* por mais que a gente dê eles querem *sempre* a mesma coisa.

c. Estou *sempre* falando tudo depressa porque não dá tempo.

d. *Sempre* os homens bebem cerveja no bar.

e. Os homens *sempre* bebem cerveja no bar.

Ainda com base na proposta desses autores, eu acrescentaria que a adjunção a IP poderia ainda aparecer com um deslocado à esquerda, o qual, por sua vez, também admite ser precedido por um advérbio:

(13) a. Nós, *sempre* (nós) vamos à biblioteca aos sábados.

b.(Top. nulo) *Sempre* eu leio um livro antes de dormir.

c. ...*sempre* os filhos de Maria eles brincam no meio da rua.

Diferentes ordens podem também ser encontradas na fala de K.

- (14) a. Eu *sempre* pergunto às pessoas. (3,24)
 b. ...eu *sempre* quero ajudar todo mundo... (3,24)
 c. Ela *nunca* falava porque você não vai sair. (5,06)
 d. ... ele pergunta *sempre*... (4,22)
 e. *Muitas vezes* é muito besteira. (3,24)
 f. *Sempre* todo mundo acha que você está dormindo. (5,06)
 g. ...*às vezes* eu saio com amigos. (3,24)

Para Kato e Nascimento (1996), os advérbios aspectuais podem ser gerados em adjunção a qualquer predicado, podendo também se mover para nódulos mais altos da sintaxe. Desta forma, estando adjungido ao VP, com o alçamento do verbo para I, eles assumiriam a posição pós-verbal, tendo escopo sobre o complemento do verbo. Mas também, o advérbio poderia se movimentar para se adjungir a um núcleo mais alto na sentença, ficando numa posição anterior ao verbo, tendo duplo escopo: sobre toda a sentença ou sobre o complemento do verbo.¹⁶

¹⁶ Não pretendo fazer aqui uma análise acerca da motivação do movimento do advérbio sobre os outros constituintes da sentença, estarei aqui assumindo, conforme Kato e Nascimento, que se trata de um tipo de movimento-WH, cujo efeito é tornar o escopo do advérbio mais largo.

Desta forma, esta análise que pressupõe o movimento também do advérbio, levaria à conclusão de que não seria a posição dos advérbios que estaria direcionando a marcação do parâmetro da ordem de palavras, mas que alguma(s) das diversas posições desses elementos poderiam dar indicações do movimento do verbo em PB. E, além disso, como foi dito por Kato e Nascimento, poderia se pensar, complementarmente ao proposto por Pollock, na possibilidade de os diferentes locais de pouso dos advérbios serem resultado da fixação de um ou mais parâmetros.

Entretanto, observo que adjunção a projeções máximas não seria a melhor análise para se descrever o comportamento dos advérbios nas línguas naturais. Este tipo de adjunção não contempla, por exemplo, orações como (12-e), que não apresenta uma projeção máxima entre o VP e o IP ao qual o advérbio possa ser adjungido, nem sentenças matrizes de línguas como o holandês e o alemão que admitem advérbios em primeira posição, uma vez que o advérbio adjungido ao VP ou IP não poderia se mover nem para pousar no SpecCP, por ser esta uma posição apenas para especificadores, nem para se adjungir a CP, já que se entende que esta categoria, por ser um argumento, não permite adjunção.¹⁷

¹⁷ Cf. Vikner (1995).

Assim proponho que os advérbios estejam, conforme Kato (c.p.), adjungidos aos núcleos de projeções máximas, podendo se mover para outros núcleos mais altos na sintaxe. Adotando a hipótese proposta por Belletti (1995) sobre o tipo de movimento feito pelos diferentes tipos de sujeito, irei também assumir que elementos não-referenciais como NPs quantificados podem apenas sofrer topicalização, enquanto os elementos referenciais podem sofrer tanto topicalização quanto deslocamento à esquerda. Desta forma, o advérbio seria considerado um elemento não-referencial, podendo ser apenas topicalizado e os DPs, enquanto elementos referenciais, seriam topicalizados ou deslocados. Esta análise explicaria a leitura focalizada do advérbio e o acento prosódico que recai sobre este constituinte.

Partindo desta perspectiva, os advérbios aspectuais estariam inicialmente adjungidos ao V (12-b,c) ou ao núcleo de uma predicação secundária mais baixa (12-a), ou poderiam ainda se mover para se adjungir ao I (12-d) ou ao núcleo vazio de uma projeção de tópico (12-e).

As sentenças em (13) seriam explicadas pela possibilidade de o advérbio poder ainda aparecer com um deslocado à esquerda, o qual admite também

ser precedido por um advérbio que estaria adjungido ao núcleo vazio de uma projeção máxima mais alta do que o tópico.

Para a observação do movimento do verbo, considero que apenas sentenças como (12-b,c), em que o advérbio se mantém adjungido ao V, serviriam como evidência, já que nelas este elemento antes numa posição preverbal, com o movimento do verbo para I, tornou-se posverbal.

Quanto ao advérbio *talvez*, Castilho e Castilho (1992) classifica como modalizador da subclasse dos quase-asseverativos. Em sendo um modalizador, ele deve apresentar o comportamento dos modalizadores formados por adjetivos como *certo* e *possível* somados ao sufixo *-mente* descritos por Kato e Castilho (1991) como predicadores. Então, de acordo com esta análise, estes elementos deveriam se distribuir da seguinte forma nas sentenças do PB: i) antes do sujeito (a); ii) entre o sujeito e o verbo (b); iii) entre o tópico e o sujeito (c); e iv) antes do tópico (d). Há ainda a possibilidade de este constituinte estar em posição final absoluta, como resultado, segundo os autores, de construção de pensamento ulterior, ou seja, toda a sentença seria movida à esquerda para uma posição anterior àquela em que se encontra o modalizador (e).

(15)a.... ou *talvez* os estudantes de medicina tenham aula os primeiros anos.

b. ...ou os estudantes de medicina *talvez* tenham aula os primeiros anos

c. ...ou os estudantes de medicina *talvez* eles tenham aula os primeiros anos.

d. ...ou *talvez* os estudantes de medicina eles tenham aula os primeiros anos.¹⁸

e. ... ou os estudantes de medicina eles tenham aula os primeiros anos *talvez*.¹⁹

Segundo Castilho e Castilho, o advérbio *talvez* em posição preverbal “favorece a ocorrência do subjuntivo” como pode ser observado em (15) acima. Entretanto, não é descartada a possibilidade de este advérbio aparecer entre o verbo e seu complemento ou um adjunto (16).

(16) ... uma mesa bem posta (...) é uma exigência que se faz *talvez* por deformação.

(dado do Projeto NURC)

¹⁸ Os exemplos em (15) tiveram como base a oração “ou *talvez* os estudantes de medicina eles tenham aula os primeiros anos.” extraída do Projeto NURC.

¹⁹ O exemplo em (15-e) parece ser mais um elemento a favor da argumentação de que houve movimento à esquerda de toda a sentença, pois o verbo se apresenta no modo subjuntivo, embora o advérbio *talvez* não esteja em posição aparentemente preverbal.

O sujeito desta pesquisa faz uso desses advérbios, distribuindo-os da seguinte forma:

- | | |
|---|--------|
| (17)a. <i>Talvez</i> os homens não é mau, sabe... | (3,24) |
| b. Ah... <i>talvez</i> nós vamos pra Ilha... | (4,09) |
| c. Mas eu acho que esse <i>talvez</i> é melhor, né... | (4,22) |
| d. Mas é um costume diferente <i>talvez</i> , né... | (3,24) |

Verifica-se, através de (17-a,b,c,d), que K. emprega o advérbio modalizador *talvez* em três pontos distintos da sentença que correspondem às posições dos exemplos (15-a), (15-b) e (15-e), respectivamente.

Os advérbios modalizadores, a partir da sua disposição descrita acima e dos exemplos apresentados por K., parecem se apresentar de forma semelhante aos aspectuais vistos acima.

Partindo desta perspectiva, proponho uma análise diferente da sugestão de Kato e Castilho, por entender que, na sua proposta, os autores não dão conta da explicação de sentenças que apresentam advérbios modalizadores entre o verbo e seu complemento. Além disso, como já foi proposto para os

aspectuais, considero também os advérbios modalizadores como elementos adjungidos a núcleos.

De acordo com a minha análise, a posição onde esses advérbios seriam gerados seria a mesma dos advérbios aspectuais, ou seja, em adjunção ao V ou ao núcleo de qualquer outra predicação secundária mais baixa, com a possibilidade de movimento para o núcleo de projeções máximas mais altas na estrutura sintática.

Tendo como base esta proposta, seriam explicadas a posição preverbal do modalizador (antes do tópico (i); entre este e o sujeito (ii); e entre o sujeito e o verbo (iii)) e a sua distribuição em final absoluto de sentença (iv), mas também sua posição entre o verbo e o seu complemento (v).

Então, retomando os exemplos em (15) e (16), as ordens apresentadas acima seriam consideradas como derivadas dos seguintes processos: em (15-a), o advérbio, gerado em adjunção ao V, teria se movido para finalmente se adjungir ao núcleo vazio de uma projeção de tópico, resultando na sua localização em posição inicial da sentença, mesmo tendo os outros constituintes (verbo e sujeito) se movido para nódulos mais altos na sintaxe; a ordem em (15-b) seria, pois, resultado do advérbio adjungido a este mesmo núcleo, somado ao movimento do sujeito para a posição de

especificador desta projeção de tópico; em (15-c) os dois processos envolvidos em (15-b) estariam presentes, mas a eles seria acrescida a inserção de um pronominal fraco na posição canônica do sujeito; (15-d) difere de (15-c) apenas pelo movimento do advérbio para se adjungir a uma projeção mais alta do que o TopP; (15-e) seria derivado do movimento de toda a sentença à esquerda do advérbio. Finalmente, em (16) teríamos um exemplo de sentença com o advérbio adjungido ao V e que, com o movimento do verbo para o núcleo do IP, obteve a ordem verbo-advérbio.

Possenti (1992), estudando o posicionamento dos advérbios de exclusão/inclusão, apresenta uma descrição bastante precisa do posicionamento e do escopo do advérbio *também*, considerado de inclusão. Para ele, essa classe de advérbios tem escopo definido que depende sempre da posição onde ele se localiza na sentença. Porém esta afirmação não descarta o movimento deste advérbio ou de outros constituintes da oração, como pode ser visto em (18).

(18) a. (Top. Nulo) *Também* nós ouvimos.

a'. *Também*, Joana e eu, nós ouvimos.²⁰

a''. Joana e eu, nós concordamos *também*.

²⁰ Sentença criada a partir do exemplo (a).

b. Certo, eu *também* (pro)concordo.

c. ... fala-se *também* em níveis de consecução de objetivos.²¹

Observa-se em (18), no uso do advérbio de inclusão *também*, a mesma facilidade de distribuição apresentada pelos outros advérbios aqui discutidos e também pelos quantificadores como discutido em Kato e Nascimento.^{22,23}

Quanto ao ponto da sentença onde ele é gerado, proponho para o advérbio *também* um comportamento semelhante ao dos advérbios aspectuais e modalizadores: inicialmente em adjunção ao V ou ao núcleo de qualquer outro predicado secundário, isto é, um adjunto. No caso de (18-c), ele estaria adjungido ao V e, com o movimento do verbo para I, ele ficaria numa posição posverbal. Esse elemento também poderia se mover para uma posição mais alta na sintaxe (adjunção ao núcleo vazio de TopP), ficando, na sintaxe visível, numa posição preverbal. Mas sob o meu ponto de vista, na verdade, a sua localização seria entre o tópico e o sujeito, já que estou fazendo uso da hipótese do deslocamento à esquerda do NP-sujeito e da

²¹ Os exemplos em (18) foram extraídos de Possenti (1992), embora a análise dessas sentenças seja de minha autoria.

²² Cf. Kato e Nascimento (1996) para detalhes sobre a flutuação dos quantificadores no português brasileiro.

²³ Kato (c. p.) aponta para a possibilidade de o advérbio *também* poder ser um tipo quantificador que incide sobre DP. Veja a semelhança: todos nós - também nós
nós todos - nós também

inserção de um pronome fraco, que pode ser lexicalizado (18-a) ou nulo (18-b). Com o movimento adicional do advérbio para se adjungir ao núcleo de uma projeção mais alta do que TopP deriva-se a ordem em que ele se apresenta antes do NP topicalizado (18-a'). A sua posição no final da sentença poderia ser explicada pela possibilidade do movimento de toda a sentença à esquerda do advérbio (18-a'').

Nos dados de K. Foi encontrada a seguinte distribuição do advérbio *também*:

- (19) a. ... você *também* vai ver como era a me...meu português. (4,22)
- b. Ela *também* está aqui oito meses... (3,24)
- c. Ela *também* fala muito bem... (3,24)
- d. M. *também* estudou lá... (3,24)
- e. Ele perde *também* o trabalho. (4,09)
- f. Ela tem *também* amigos mais velhos, né... (3,24)
- g. Ela não fala muito *também*. (4,09)
- h. ... ela ensina lá *também*. (3,24)
- i. Isso eu sabia *também*. (5,06)

Observando-se dos dados de K., é possível verificar uma distribuição muito flexível do *também*, o que, de certa forma, converge com o que foi exposto sobre o uso que os falantes nativos do PB fazem deste advérbio.

Sobre a relação entre as diferentes posições dos advérbios aqui analisados, as fronteiras da estrutura sintática onde eles são gerados e a visualização do movimento do verbo no PB, estarei aqui sugerindo que apenas quando estes advérbios estão, originalmente, em adjunção ao V sem movimentar-se para outros nódulos mais altos da sintaxe é que se torna possível observar, na superfície da sentença, o movimento do verbo do V para I. Nas construções em que o advérbio está adjungido a núcleos que estão num nível mais alto ou mais baixo do que o V, este fenômeno não se torna tão evidente.

1.5. O movimento do verbo em duas línguas germânicas: o holandês e o alemão

Observe, agora, um outro tipo de movimento do verbo: o movimento do núcleo de VP para o núcleo de CP característico das línguas germânicas, exceto o inglês. Entre as línguas germânicas, serão analisadas aqui apenas o holandês, por ser a língua materna do sujeito cujos dados estarão sendo

estudados, e o alemão, em função da grande semelhança existente entre esta língua e o holandês.

Sabe-se que nas línguas germânicas, diferentemente do que acontece com as línguas românicas em geral como o PB, o italiano, e o francês, o verbo se move, obrigatoriamente, do núcleo do VP para o do IP e, depois, para o núcleo de CP nas orações matrizes²⁴ e um XP (NP-sujeito; NP-objeto ou um adjunto) é movido para a posição de SpecCP, desta forma, resultando na ordem V2, que significa verbo em segunda posição. Sabe-se, também, que enquanto este fenômeno acontece nesses tipos de orações, nas encaixadas não há movimento do verbo para o núcleo de CP, já que esta posição já se encontra preenchida por um complementizador.²⁵

Assim, nas sentenças principais, existe um movimento do verbo de núcleo para núcleo, deixando um vestígio em cada posição pela qual tenha passado.

²⁴ Exceto línguas como o sueco cujo verbo, presumivelmente, se move para o núcleo de CP, sem antes pousar no núcleo de IP (cf. Vikner (1995)).

²⁵ Haider (1989) tem essa caracterização como superficial, uma vez que são descritas apenas as sentenças não-marcadas, e justifica o seu ponto de vista a partir de sentenças principais com verbo finito em posição final e encaixadas com verbo finito em segunda posição, como (a) e (b) respectivamente :

(a) “*Was du nicht sagst!*”

O que você não diz

(b) “*er hoffte, er würde rechtzeitig eintreffen*”

Ele esperava ele Aux oportunamente chegar

Theodor (1963) já pontuava que, além das orações matrizes, esse fenômeno se dá também para as orações simples e dependentes afirmativas, ligadas à oração matriz sem nenhum termo complementizador.

(20) a. Jan woont in Utrecht.

“João morou em Utrecht.”

b. [Jan_i][woont_j][t_i][t_i][in Utrecht][t_j][t_j]

CP C IP VP PP V I

Observe que (20-b) é a representação da estrutura sintática superficial de (20-a). A partir desta estrutura, verifica-se que o verbo primeiro move-se para o I, que está à sua direita,²⁶ para depois se mover para o C, que está à esquerda, na segunda posição da sentença. Em (20-a) é o NP-sujeito que é movido para SpecCP, no entanto nada impede o PP de ocupar essa posição, como em (21).

(21) In Utrecht woont Jan.

Nas orações encaixadas, o que se verifica é o verbo finito ocupando a última posição.

(22) Ik vraag me af [wie_i][of dat][t_i][t_i][het boek][gelezen][had]²⁷

CP C IP VP NP-obj. V I

²⁶ A versão mais recente da teoria gerativa (Programa Minimalista) não mais admite este tipo de movimento à direita, mas como este trabalho está baseado na GB, estarei aqui assumindo esta proposta mais conservadora.

²⁷ Exemplos (13), (14) e (15) extraídos de Lightfoot (1992).

Eu me pergunto quem se o livro lido tem

“Eu me pergunto quem leu o livro”.

Em (22) nota-se que o complementizador *of dat* ocupa a posição de C, que tem como especificador o QP *wie*. O verbo temático *gelezen* é mantido no núcleo de VP por ser não-finito; e a posição ocupada por *had* é a mesma onde ele é gerado por ser um auxiliar, ou seja, núcleo de IP.

Agora observe a estrutura sintática de uma oração subordinada com tempo verbal simples (23-a) e com um CP complemento oracional (23-b).

(23) a. ...[dat][Wim _i][*t* _i][het boek][*t* _j][koopt _j]

C IP VP NP-obj. V I

....que Wim o livro comprou

“...que Wim comprou o livro.”

a. ...dat hij gisteren probeerde [*t* _i][om][*t* _i][*t* _i][het boek][voor Marie]

CP C IP VP NP-obj. PP

[te kopen][]

VP I

....que ele ontem tentou o livro para Maria comprar

“...que ele ontem tentou comprar o livro para Maria.”

A estrutura em (23-a) ilustra o movimento à direita feito pelo verbo — de V para I — resultando na ordem SOV, enquanto (23-b) mostra a mesma ordem, porém resultante da permanência do verbo na forma infinitiva no núcleo de VP.²⁸

Assim, assumirei aqui a análise proposta por Haegeman (1991) e por Vikner (1995) de que o holandês, assim como o alemão, é língua de núcleo final e que a ordem apresentada nas orações principais é apenas consequência do movimento obrigatório do verbo para I e depois para o C, somado ao alçamento de um XP para a posição de SpecCP.²⁹

Estudando o fenômeno V2, Vikner postula que essa característica das línguas germânicas pode ser duplamente evidenciada: o primeiro argumento são os exemplos que mostram que tanto o verbo finito, quando em segunda posição, quanto o complementizador (nas orações encaixadas) ocupam a posição imediatamente à esquerda da posição canônica do sujeito como as sentenças do alemão em (24) abaixo.

²⁸ Cf. Haegeman (1991).

²⁹ Zwart (1993) propõe uma análise contrária a de Haegeman (1991) e Vikner (1995). Para esse autor, as línguas V2 são línguas de núcleo inicial.

(24)a. Diesen Film haben die Kinder gesehen.

Este filme têm as crianças assistido

“As crianças assistiram este filme.”

b. Er sagt DaB die Kinder diesen Film gesehen haben.

Ele disse que as crianças este filme assistido têm

“Ele disse que as crianças assistiram esse filme.”

O segundo baseia-se nas orações condicionais, que apresentam duas ordens, ambas legítimas e de uso livre: a primeira com o complementizador antes do sujeito e a segunda com o verbo finito nesta posição, como ilustram orações (25-a) e (25-b) do alemão.

(25)a. Wenn ich mehr Zeit gehabt hätte.

Se eu mais tempo tido tivesse

“Se eu tivesse tido mais tempo.”

b. Hätte ich mehr Zeit gehabt.

Tivesse eu mais tempo tido

“Tivesse eu tido mais tempo.”

Mas a grande questão sobre a posição do verbo nas línguas V2 é qual seria o traço presente em C que atrairia o verbo.

Segundo Vikner, para que o núcleo de CP nas línguas V2 possa ser o local de pouso do verbo, ele precisa apresentar, além do traço [-V] comum aos complementizadores, o traço [+V] e, com base em Platzack & Holmberg (1989)³⁰, o traço [+F], uma vez que o movimento do verbo para C acontece em decorrência do *status* de predicado que o CP de uma oração principal possui³¹. O *status* do CP da oração matriz e o da oração encaixada se

³⁰ Apud Vikner (1995)

³¹ Sobre estes dois traços presentes no C das línguas V2, Vikner postula que:

... it can now be stated that V2 (or V^0 -to 0 -toC 0) takes place because main clauses CPs are predicates, and predicates must be [+V], and therefore they need a [+V] element in their head. This is exactly what the finite verb provides by moving to C 0 . (1995:52)

E acrescenta:

Platzack & Holmberg (1989) suggest that V2 languages have a finiteness operator, [+F], in C 0 . But [+F] is only licensed if the X 0 which bears this feature governs an element with nominative case. Nominative case must be licensed in the following way: The nominative NP must either be adjacent to and head governed by an X 0 with lexical content hosting [+F], or must be part of a chain where the highest link is adjacent to and X 0 governed by an X 0 with lexical content hosting [+F]. The difference between V2 and non-V2 languages is then a question of whether [+F] is located in C 0 (V2) or not (non-V2). (1995: 57)

distinguem justamente neste ponto: enquanto o primeiro é predicado e tem em seu núcleo os traços [+V] e [+F], o segundo, devido a presença do complementizador, é argumento e tem em seu núcleo o traço [-V]. Se é assim, de acordo com Vikner, o C lexical das orações principais assumirá a função de atribuir caso nominativo ao sujeito.³²

Embora tenham sido apresentadas evidências para a hipótese de que as línguas V2 possuem os traços [+V] e [+F] no núcleo de CP, em se tratando dos traços de pessoa e número, o que se argumenta é que nas línguas V2 não está muito clara a presença desses traços em C, visto que o *pro* pode ser formalmente licenciado, porém não identificado, havendo a possibilidade de se ter apenas o *pro* não-referencial (expletivo nulo), como é o caso do islandês³³.

³² Segundo Vikner, o C lexical (complementizador) também tem a função de atribuir caso nominativo ao sujeito da oração encaixada. Desta forma, os sujeitos pronominais deverão sempre estar adjacentes a C, tanto nas matrizes quanto nas encaixadas, devido ou a uma condição de adjacência ou ao fato de sujeitos pronominais terem que se cliticizar (se se assume a hipótese segundo a qual os clíticos se cliticizam aos seus atribuidores de caso). Esta análise é também proposta por Koopman (1984). Cf. Vikner (1995: 54,55)

³³ Haegeman (1991) endossa a hipótese de Vikner de que as línguas V2 devem ter algum tipo de traço de número e pessoa a partir do complementizador do flamengo (dialeto holandês) que apresenta flexão número-pessoal.

- a. ...da Jan noa Gent goat.
que Jan para Gent vai.
- b....dan-k noa Gent goan.
que- eu para Gent vou.
- c....da-me noa Gent goan.
que-nós para Gent vamos.

Ainda sobre os traços presentes no C das línguas V2, Vikner acrescenta que o C pode ter o traço [+I], resultando na combinação [+C, +I] que daria conta do verbo em segunda posição nas orações encaixadas sem a presença do complementizador do alemão, exemplificado em (26) abaixo.

(26) Er sagt [diesen Film[haben[[die Kinder[gesehen].

CP C IP V

Ele disse este filme têm as crianças assistido

“Ele disse que as crianças assistiram a este filme.”

1.6. Os efeitos V para I para C no holandês e alemão

É plausível analisar aqui, também, considerando o holandês e o alemão, as fronteiras que podem ser ocupadas pelas diferentes classes de advérbios.

Segundo Haegeman (1991), o fato de línguas como o holandês e o alemão demonstrarem uma grande flexibilidade no que diz respeito a disposição dos argumentos do verbo e dos advérbios tem levado alguns estudiosos a concluir que o holandês e o alemão não possuem a mesma estrutura rígida que o inglês possui e, mais do que isto, que estas línguas não possuem VP.

Sobre este tipo de especulação, Haegeman contra-argumenta, pontuando que as diferentes ordens permitidas nestas línguas são derivadas do movimento dos constituintes da sentença. Ela compara o VP do holandês e alemão ao do inglês, mostrando que a única diferença entre eles é que o primeiro é de núcleo final, enquanto o segundo é de núcleo inicial. E sobre a distribuição do NP anterior ao PP, ela explica que é derivada de uma regra de movimento (*scrambling*) que move o NP para a esquerda do PP e o adjunge ao VP.

Considerando o advérbio sentencial *waarschijnlijk*, ela postula que esse elemento tem escopo sobre a sentença e é uma espécie de modificador desta, gerado em adjunção a I'.³⁴

(27) a. ... dat Jan *waarschijnlijk* de taart snijdt.

a'. ... dat [Jan [waarschijnlijk [[de taart [t_i][snijdt_i]]]]]

IP I' I' VP V I

... que Jan provavelmente o bolo corta

“... que Jan provavelmente corta o bolo.”

³⁴ Questiono esta hipótese da autora e sugiro que esta adjunção seja feita ao I, uma vez que I' é um nóculo intermediário.

b. hij heeft Jan *gelukkig* niets gegeven.

b'. [hij [heeft [Jan [gelukkig [niets [gegeven] []

CP C IP I' I' V I

ele tem Jan felizmente nada dado

“Felizmente ele não deu nada a Jan.”

Já para Vikner, o advérbio modalizador está adjungido ao IP e pode, no alemão, assumir a posição antes do sujeito na oração encaixada se, e somente se, esta for introduzida pelo complementizador *daB* e se o sujeito for um NP pleno.

(28) a. *Sie hat gesagt *daB tatsächlich* er dieses Buck gelesen hat.

Ela tem dito que realmente ele este livro lido tem

“Ela disse que o menino realmente leu este livro.”

b. *Sie hat gesagt _ *tatsächlich* der Junge dieses Buck gelesen hat.

Ela tem dito realmente o menino este livro lido tem

c. Sie hat gesagt *daB tatsächlich* der Junge dieses Buck gelesen hat.

Ela tem dito que realmente o menino este livro lido tem

No entanto, Cinque (1997- no prelo), estudando a ordem rígida relativa dos advérbios dentro de uma análise translingüística, onde são investigadas línguas como o italiano, francês, inglês, e línguas germânicas como o holandês e o alemão, postula que esses elementos não estão adjungidos a projeções máximas nem intermediárias, mas sim numa relação especificador-núcleo com os núcleos desses sintagmas. Para ele, os diferentes advérbios se posicionam no especificador de diferentes projeções máximas.

Assim, para o autor, além da localização no SpecIP, o advérbio sentencial no holandês e alemão poderá se mover para o SpecCP na oração matriz³⁵, desde que esse movimento não subverta a ordem relativa dos advérbios³⁶, como ilustra (29) abaixo.

(29) a. *Wahrscheinlick* kommt Peter *oft*.

Provavelmente vem Peter muitas vezes

“Provavelmente Peter vem muitas vezes”.

³⁵ O movimento do advérbio para SpecCP para resultar na ordem V2 nas línguas germânicas, embora gramatical, não é muito natural, uma vez que o advérbio não carrega o traço [d] comum ao NP, AP e PP.

³⁶ Cf. Cinque (1997- no prelo) para uma visão mais detalhada da ordem relativa dos advérbios nas sentenças.

b. *Nie* haben die Kinder so einen schlechten Film gesehen.

Nunca têm as crianças tão um ruim filme assistido

“As crianças nunca assistiram a um filme tão ruim.”

c. **Oft* kommt Peter *wahrscheinlick*.

Muitas vezes vem Peter provavelmente

“Provavelmente Peter vem muitas vezes.”

Assim, aqui apresentam-se três hipóteses para a posição do advérbio no holandês e alemão: a hipótese de Haegeman de que os advérbios nessas línguas estão em adjunção ao nóculo intermediário I', aqui descartada pelo fato de adjunção a nóculos intermediários não estar prevista na teoria de análise lingüística que suporta este trabalho; a proposta de Vikner de que esses constituintes estão também em adjunção, mas à projeção máxima IP, que, por sua vez, falha por não fornecer uma explicação para sentenças matrizes que apresentam o advérbio modalizador em posição inicial como em (29-a,b), uma vez que, se o advérbio está adjungido ao VP, este não pode se mover para o início da sentença por ser esta uma posição para especificadores; e a hipótese de Cinque, que também não será adotada, uma vez que, propondo que diferentes advérbios estariam na posição de

especificador de também diferentes projeções máximas, o resultado seria em um enorme esqueleto funcional, o que não é desejável para esta teoria.

Então, de acordo com os dados encontrados para a ilustração do comportamento dos advérbios sentenciais no holandês e alemão, para esta pesquisa, parece possível assumir que, tanto nas orações principais quanto nas encaixadas, o advérbio modalizador está em adjunção não a categorias máximas, mas a núcleos.

Esta proposta parece fornecer uma explicação para os exemplos em (29-a,b), que são sentenças matrizes e apresentam seus advérbios em posição inicial, gerando a ordem V2.

Em (29-a), o advérbio modalizador estaria, inicialmente, adjungido à esquerda do núcleo do IP, e depois, com o movimento do verbo para o núcleo do CP, se incorporaria ao verbo, ficando em adjunção ao C e passando a modificar toda a sentença. O advérbio aspectual, que, por sua vez, estaria adjungido ao V, devido a este movimento, ficaria em posição posverbal.³⁷ Já (29-b), que possui apenas o advérbio aspectual, teria este elemento inicialmente adjungido ao núcleo do VP e depois se moveria, respeitando as restrições de movimento de núcleo, finalmente ficando em

³⁷ Partindo desta perspectiva, o advérbio aspectual também poderia se mover para se adjungir ao I, gerando a mesma ordem superficial: advérbio aspectual posposto ao verbo.

adjunção ao C. De acordo com esta análise, o SpecCP, tanto em (29-a) quanto em (29-b), ficaria vazio.

Porém, caso fosse o NP-sujeito o elemento a se mover para a posição anterior ao verbo (pousando no SpecCP), em (29-a) o advérbio modalizador permaneceria em adjunção ao I, gerando a ordem em (30); e em (29-b) o aspectual permaneceria em adjunção ao V, derivando (31).

(30) Peter kommt oft *wahrscheinlick*.

(31) Die Kinder haben so einen schlechten Film *nie* gesehen.

Poderia ser sugerido ainda, com base em sentenças como (32), que o advérbio aspectual em línguas como o holandês e alemão pode se adjungir a núcleo de predicado secundário.

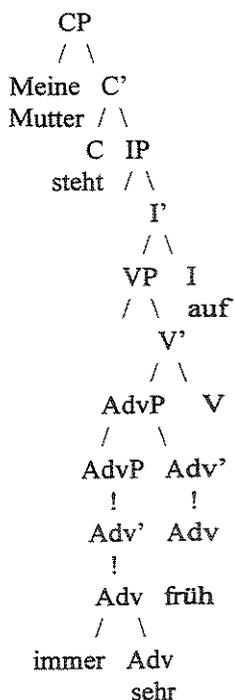
(32) Meine Mutter steht *immer* sehr früh auf.³⁸

Minha mãe acorda sempre muito cedo **part**

“Minha mãe sempre acorda muito cedo.”

Nas orações encaixadas, os dados parecem favorecer a proposta de que o advérbio modalizador estaria também inicialmente em adjunção ao V, podendo permanecer nessa posição (33-a) ou (se a oração é introduzida por

³⁸ Para esta sentença proponho que o advérbio *immer* esteja adjungido ao advérbio *sehr* que, por sua vez, é o núcleo de uma projeção máxima (AdvP) que está no Spec de outro AdvP, como ilustra a representação abaixo:



um complementizador e o sujeito é um NP-pleno) se mover para finalmente se adjungir ao núcleo vazio de uma projeção de tópico (TopP) que estaria entre o CP e o IP (33-b).

(33) a. ... dat Jan de taart *waarschijnlijk* snijdt.

... que Jan o bolo provavelmente corta

“... que Jan provavelmente corta o bolo.”

b. ... dat *waarschijnlijk* Jan de taart snijdt.

Quanto aos advérbios aspectuais nas sentenças encaixadas do holandês e alemão, o que se poderia propor, a partir de (34) abaixo, é que estes advérbios estariam também adjungidos ao V ou ao núcleo de um predicado secundário.

(34) ... weil meine Mutter *immer* sehr früh aufsteht.

... porque minha mãe sempre muito cedo **part** + acorda...

“... porque minha mãe corda sempre muito cedo.”

Neste exemplo, observa-se o advérbio aspectual numa posição mais alta do que o verbo (presumivelmente em adjunção ao advérbio *sehr*) que, por sua

vez, se encontra no I, não podendo se mover para o C já preenchido pelo complementizador.

Em relação ao advérbio *ook* do holandês, equivalente ao advérbio *também* do PB, Haegeman (1994) assume, a partir de sentenças negativas, que este constituinte, por ocupar posição anterior ao elemento negativo, se encontra adjungido ao sintagma negativo (NegP). Para as sentenças que não-negativas, ela postula que existe uma projeção funcional correspondente ao NegP das sentenças negativas, a qual ela denomina de SigmaP.

Coerente com a análise adotada para os outros advérbios trabalhados nesta pesquisa e também não admitindo a hipótese do IP dividido, proponho que o advérbio *ook* nas sentenças matrizes como em “*Ik heb ook mijn geld niet gekregen*” esteja, inicialmente, adjungido ao I para depois se mover para se adjungir ao núcleo vazio de uma projeção de tópico que estaria entre o CP e o IP e que, nas sentenças encaixadas, este constituinte permaneça na sua posição de origem, o que resultaria numa sentença como “*dat ik mijn geld niet gekregen ook heb*”.³⁹

³⁹ Embora não tenha encontrado dados que demonstrem o comportamento do advérbio de inclusão do alemão, pela grande semelhança entre esta língua e o holandês, presumo que esta análise possa ser aplicada para essas duas línguas germânicas.

Partindo, então, do proposto sobre o comportamento dos advérbios modalizadores e aspectuais e do advérbio de inclusão no holandês e no alemão, parece possível argumentar que, nas orações matrizes, o advérbio modalizador em nada contribui para a observação do movimento do verbo, uma vez que, como nessas línguas o verbo gerado em V se move para C, o advérbio adjungido ao I ou ao C não deixa ver na sintaxe visível, esse movimento.

No entanto, nota-se que esse fenômeno se torna perceptível nas sentenças matrizes através da observação do advérbio aspectual, se este elemento se mantém adjungido ao V ou ao núcleo de um predicado secundário. Originalmente, ele estaria anteposto ao verbo e, com o movimento do verbo para C, ficaria posposto ao verbo.

Em relação às orações encaixadas, percebe-se que se o modalizador se mantém adjungido ao I, ele se torna uma evidência do movimento do verbo. Isto se dá devido à combinação de dois aspectos: a) o advérbio ter que se adjungir obrigatoriamente à esquerda de um constituinte da sentença; e b) o verbo em línguas como o holandês e o alemão ter que se mover para o I final neste tipo sentença (o C está ocupado pelo complementizador. Porém,

se o modalizador se move para se adjungir ao núcleo vazio de TopP, a sua posição nada indica sobre o movimento do verbo.

Analisando a distribuição do advérbio aspectual, nada poderá ser usado para averiguar sobre o movimento do verbo nas orações encaixadas dessas línguas V2, uma vez que esse tipo de advérbio seria gerado numa posição preverbal e o movimento do verbo é à direita para o I final.

Com base na posição do advérbio de inclusão *ook* nas sentenças matrizes do holandês, parece não ser possível detectar o movimento do verbo de V para C, uma vez que o advérbio, que estaria originalmente posposto ao verbo (o verbo estaria em V enquanto o advérbio estaria adjungido ao I final), se manteria ainda em posição posverbal (o verbo se move para C e o advérbio se move para se adjungir ao Top que está abaixo de CP). No entanto, nas orações encaixadas este advérbio parece ser um indicador do movimento do verbo de V para o I final (o advérbio, antes posposto ao verbo, passaria a preceder o verbo).

1.7. Comparação dos efeitos visíveis do movimento do verbo no português brasileiro e no holandês e alemão com base nos advérbios aspectuais e modalizadores

Foi proposto que no PB os advérbios aspectuais, modalizadores e o advérbio de inclusão *também* podem ser adjungidos ao núcleo de diversas projeções máximas, uma vez que eles podem sofrer movimento; e que as diversas ordens de palavras podem ser derivadas tanto desses movimentos quanto do movimento do verbo de V para I.

Além disso foi observado que a adjunção dos advérbios ao V, parece se constituir em um dado bastante importante para a comprovação do movimento do verbo no PB.

Parece ter ficado claro, também, que o movimento do verbo em sentenças matrizes do holandês e alemão só será facilmente percebido através do advérbio aspectual se este elemento se mantém em adjunção ao V. O advérbio modalizador, qualquer que seja a sua posição, nada indica sobre o movimento do verbo e o advérbio de inclusão *ook* também parece nada indicar sobre o fenômeno aqui analisado.

Nas orações encaixadas, acontece o contrário: serão modalizadores e o advérbio indicador de inclusão que, quando adjungidos ao I, se transformarão numa evidência do movimento do verbo. Devido a sua posição inicialmente preverbal e o movimento do verbo para o I final, os aspectuais não representarão nenhum indício do fenômeno estudado.

Desta forma, conclui-se que existe uma diferença entre o PB e línguas como o holandês e alemão no que diz respeito ao comportamento dos advérbios como indicador do movimento do verbo. Essa diferença reside no fato de essas línguas apresentarem movimentos distintos: enquanto no PB o verbo pousa no I que está à esquerda (tanto nas sentenças matrizes quanto nas encaixadas), nessas duas línguas V2 o verbo pousa no C à esquerda (nas orações matrizes) e no I à direita (nas orações encaixadas).

CAPÍTULO 2

A Teoria de Princípios e Parâmetros e a aquisição da linguagem

2.1. A Teoria de Princípios e Parâmetros e a aquisição de primeira língua

Os trabalhos desenvolvidos sobre aquisição de primeira língua em muito têm se baseado na teoria de Princípios e Parâmetros proposta por Chomsky (1981) e defendida por muitos outros lingüistas. Esta teoria, que se constitui num programa de estudos comparativos da sintaxe das línguas naturais, se preocupa em responder a quatro questões básicas. O seu objetivo é explicar o que torna as línguas diferentes entre si e, de acordo com Rizzi (1988), descrever um objeto cognitivo, o conhecimento da linguagem, comum a todos os falantes, e a aquisição deste conhecimento.

Qual a forma do conhecimento lingüístico de um adulto?

Como se chega a esse conhecimento?

Como esse conhecimento entra no uso da língua?

Quais os correlatos físicos desse conhecimento?⁴⁰

Respondendo a essas questões, ela postula a existência de princípios lingüísticos que somados aos parâmetros fixados pela experiência, resultarão na aquisição de uma determinada língua. Porém, o que é diagnosticado nas pesquisas sobre aquisição de primeira língua é que esses dados lingüísticos primários aos quais a criança é exposta são “pobres” quando comparados com o conhecimento apresentado por ela. Essa discrepância entre experiência e conhecimento, chamado problema de Platão, leva a concluir que o conhecimento implícito que constitui o estado inicial da faculdade da linguagem é inato.

Com o intuito de descrever a posição em que os parâmetros se encontram no estado inicial da aquisição (S_0), apresentam-se duas hipóteses. Para a primeira, os parâmetros estarão numa posição neutra (em aberto), sem nenhuma dependência das duas posições possíveis (+ ou -). A criança terá, então, de decidir quanto à posição (+) ou (-) daqueles parâmetros de acordo com a sua experiência lingüística. Já para a segunda hipótese, desde o estado inicial da aquisição, os parâmetros têm um valor não-marcado (valor *default*) que poderá ser (+) ou (-). Assim, se a criança for exposta a uma

⁴⁰ Perguntas de Chomsky (1986-b).

língua cuja marcação de um dado parâmetro seja idêntica àquele valor marcado inicialmente, ela simplesmente manterá a marcação; porém, se o valor do parâmetro naquela língua for diferente daquele marcado desde o estado inicial, a criança remarcará esse parâmetro.

Considerando a posição dos parâmetros no estado inicial da aquisição (pensando agora na aquisição de uma L2) tendo em vista a hipótese do valor *default*, é possível localizar duas outras hipóteses: a primeira que pressupõem que o estado inicial da aquisição de L2 é a L1 do sujeito, ou seja, o indivíduo, quando adquirindo uma L2, baseia-se nos valores paramétricos de sua L1; e a segunda que prevê que o S_0 da aquisição de L2 é a GU.

Desta forma, tendo como ponto de partida um sujeito como K., cuja L1 é o holandês e L2 é o PB,⁴¹ e assumindo a hipótese de que o estado inicial da aquisição de L2 é a GU, encontra-se um problema: se o valor *default* disponível pela GU para o parâmetro relacionado ao movimento do verbo for igual àquele marcado no PB, não será possível detectar se o sujeito estará remarcando o parâmetro em direção à L2, ou se está simplesmente permanecendo com o valor estabelecido pela GU como *default*.

⁴¹ Não estou levando em consideração o fato de o sujeito desta pesquisa ter aprendido outras línguas antes do PB. Desta forma o termo “L2” está sendo empregado com o significado de “língua estrangeira”, não importando se o sujeito já aprendeu uma ou mais línguas estrangeiras anteriormente.

Por outro lado, seria difícil imaginar que um indivíduo adulto, no início da aquisição de uma segunda língua, esteja com todos os parâmetros em aberto, uma vez que ele, tendo adquirido sua L1, já possui conhecimento sobre os valores paramétricos selecionados pela sua L1.

Partindo desse pressuposto e com base na teoria sobre operação de movimento (Chomsky (1995)) que prevê que movimento só se dá quando necessário, ou seja, quando há necessidade de eliminação de traços não-interpretáveis torna-se viável propor nesta pesquisa que K. esteja com os parâmetros relacionados ao movimento de V para C, que distingue o holandês do PB, em seu estado não-marcado (*default*), isto é, como na opção do PB e contrária a de sua L1.

Assim, adotarei, para este trabalho, a hipótese de que K. tem como estado inicial da aquisição de L2 o valor *default* dos parâmetros relevantes partindo da GU, sendo que este valor é imediatamente confirmado pelo *input* da língua meta.

Em se tratando do tipo de evidência que desencadeará a marcação de determinado parâmetro, é consenso que a *informação positiva* é uma espécie de gatilho para a fixação de parâmetros. Por exemplo, fixar o valor

do parâmetro *pro-drop*, estando exposto a uma língua como o português europeu (PE) é uma tarefa bastante fácil, pois orações sem sujeitos foneticamente realizados são uma constante nos dados primários básicos e a criança não terá nenhum problema em identificar o PE como uma língua *pro-drop*.

No entanto, essa tarefa não será assim tão simples se a criança se depara com uma língua como o inglês, que é uma língua *não pro-drop*. Neste caso, a criança não terá acesso a orações com sujeito nulo, ou seja, ela terá uma *informação negativa* em relação à fixação deste parâmetro, devendo então marcar o seu valor em direção ao da língua alvo.

Sobre a relevância da *informação negativa* para a marcação de parâmetros, há duas hipóteses diferentes: Para Chomsky (1981), a não ocorrência de determinadas estruturas (*informação negativa indireta*) pode ser suficiente para que a criança fixe o valor do parâmetro, porém ele exclui as correções ou instruções explícitas (*informação negativa direta*). No caminho contrário, outros lingüistas, a exemplo de Hyams (1983), postulam que a *informação negativa indireta* apenas não é suficiente para a fixação do parâmetro e que, no caso do parâmetro *pro-drop*, será a presença de expletivos (no inglês, *it* e *there*) que funcionará como gatilho, vez que

outros pronomes (*I, he, you, etc.*) existem também em línguas *pro-drop* enquanto os expletivos não.⁴²

Essas propostas sobre como se dá a fixação de parâmetros têm sido discutidas no âmbito de duas amplas hipóteses sobre fixação de parâmetros. A primeira é a *hipótese maturacionista* adotada por Radford (1990), Bickerton (1990), Meisel (1992), entre outros. Para Meisel, assim como para Bickerton, a criança, na fase inicial, não apresenta gramática; o que ela possui é uma espécie de pidgin e o melhor método para se analisar a fala da criança neste estágio é aquele utilizado para analisar o pidgin. Já Radford defende que a criança possui uma subparte da gramática do adulto e que os parâmetros são definidos paulatinamente, com a aquisição de categorias funcionais, seguindo a maturação biológica do indivíduo. De acordo com essa hipótese, a criança, antes de adquirir as categorias funcionais (artigos, conjunções, auxiliares, preposições sem conteúdo semântico, quantificadores e morfemas de tempo e concordância), adquire as categorias lexicais (nome, verbo, adjetivo e preposição).

⁴²Exceto para a aquisição do galego que, segundo Raposo & Uriagereka (1990), é uma língua que admite sujeito nulo, mas admite também expletivo realizado foneticamente como em *El chovía* e *El parecía que o patrón andaba canso*.

Contrárias a essa proposta, apresentam-se as duas versões da *hipótese continuísta*: a *hipótese continuísta fraca*, que defende a idéia de que na fala infantil as categorias funcionais já estão presentes, mas que será a partir da experiência que essas categorias apresentarão manifestações morfológicas plenas, i.e., quando a criança tiver adquirido o léxico adequado (cf. Borer (1984) e Hyams e Wexler (1993)); e a *hipótese forte da continuidade* (proposta por Pinker (1984)), que aponta para uma fixação instantânea dos parâmetros. Segundo essa proposta, não existe refixação dos parâmetros e a gramática utilizada pela criança em nada difere daquela externada pelo adulto: as diferenças superficiais são explicadas por fatores externos ao módulo da linguagem⁴³.

Ora, Radford (1990), estudando a aquisição da língua inglesa, postula que a criança, na fase inicial de aquisição da linguagem, só projeta as suas estruturas até o VP. Rizzi (1994), já com a aquisição de línguas românicas, diz que a criança não projeta o CP, podendo possuir VP, TP ou AgrP. Estudos feitos sobre a aquisição de línguas germânicas V2 (cf. Poeppel e Wexler (1991)) assinalam, por sua vez, que a criança projeta o CP⁴⁴.

⁴³ Hyams (1983), Bickerton (1990), Meisel (1992), Borer (1984), Hyams e Wexler (1993) e Pinker (1984): notas do curso Tópicos de Aquisição da Linguagem (1997) ministrado pela Profa. Dra. Mary A. Kato. Respondo por eventuais equívocos, ausentando a referida professora de qualquer responsabilidade.

⁴⁴ Rizzi (1994) e Poeppel e Wexler (1991): apud Haegeman (1994).

Kato analisa essas diferenças como evidência de fixação instantânea dos parâmetros. As crianças mostram conhecer, desde a fase emergente, até onde o verbo sobe. E acrescenta que se estes dados forem bem observados, poderá, talvez, ser possível concluir que, já que no inglês o conteúdo fonético da frase declarativa ocorre dentro do VP, nas línguas românicas dentro do IP, e nas germânicas dentro do CP, o que a criança apresenta na sua fala é baseado no que ela recebe como *input*.⁴⁵

2.1.1. A aquisição do holandês e do alemão como L1

Sabe-se, como já foi descrito no capítulo anterior, que em línguas germânicas como o holandês e o alemão o verbo finito afixado de morfemas de pessoa e número que concordam com o sujeito, após checar esses traços formais em I, é alçado à esquerda para a posição C de núcleo inicial nas sentenças matrizes e, nas encaixadas, o verbo finito se move apenas para a direita para a posição I de núcleo final, uma vez que o C está preenchido pelo complementizador.

⁴⁵ Notas do curso Tópicos de Aquisição da Linguagem (1998) ministrado pela Profa. Dra. Mary A. Kato.

Clahsen & Smolka (1989) já postulavam estágios para a aquisição do alemão como L1: *estágio I*: quando não há uma ordem fixas de palavras: os elementos verbais, embora tendam a ocupar a posição final, podem estar na segunda ou na última posição; *estágio II*: quando o único dado novo era o aparecimento no final da sentença de elementos verbais constituídos de verbo + partícula, os outros verbos finitos apresentando o mesmo comportamento da fase anterior; *estágio III*: que apresenta descontinuidade de elementos verbais constituídos de partes finitas e não-finitas, com verbos finitos ocorrendo na posição inicial ou na segunda posição da sentença; e *estágio IV*: com o surgimento de orações encaixadas, o verbo finito aparece em posição final.

Estudos mais recentes sobre a aquisição do holandês como L1 (cf. Wijnen (1994)⁴⁶) parecem apontar para o fato de que, na fase inicial da aquisição da linguagem, não há o alçamento do verbo para o núcleo de CP, uma vez que, a partir dos dados de duas crianças, foi constatado que uma dessas crianças, categoricamente, não fazia o movimento do verbo e a outra o fazia, porém em apenas 20% dos contextos permitidos.

Em contrapartida, trabalhos realizados a partir dos dados de crianças adquirindo o alemão como L1 (cf. Boser et al (1992)⁴⁷) têm mostrado

⁴⁶ Apud Vainikka e Young-Scholten (1996).

⁴⁷ Apud Haegeman (1994).

evidências bastante convincentes de que a criança no estágio inicial da aquisição já produz estruturas com alçamento do verbo do núcleo do VP para o de uma projeção funcional de núcleo inicial, o que em muito contraria as hipóteses daqueles que advogam pela projeção apenas do VP nesta fase da aquisição, seguido do IP e depois CP, a exemplo de Vainikka (1994)(cf. Vainikka e Young-Scholten (1996)).

Em se tratando de duas línguas praticamente idênticas nas suas estruturas como o holandês e o alemão, as conclusões que os pesquisadores que defendem a hipótese maturacionista da aquisição da linguagem fizeram foram: a) ou as crianças alemãs estavam numa segunda fase da aquisição que envolvia a projeção de categorias funcionais, daí o alçamento do verbo; ou b) essa divergência dos dados era devido à diferença existente entre os paradigmas de concordância do holandês e do alemão.

Clahsen et al. (1994), baseando-se nos dados longitudinais de sete crianças alemãs, constataram já a presença de uma projeção funcional que pode ser nivelada ao IP adulto desde o estágio inicial do processo de aquisição, ao passo que o CP só veio a aparecer em fases mais avançadas.

De certa forma, o trabalho mencionado acima tem como ponto inicial Clahsen (1990), que já previa os seguintes estágios de aquisição do alemão como L1: 1) o estágio FP (sintagma de finitude), que seria uma projeção funcional única e subespecificada e corresponderia a uma das projeções funcionais mais baixas na estrutura sintática (TP ou AspP), assumindo o IP dividido proposto por Pollock (1989); e 2) o estágio AgrP, quando é adquirido o paradigma de concordância⁴⁸.

Haegeman (1994), investigando o uso do infinitivo em orações independentes na fala de uma criança (Hein) que tem o holandês como L1, entre as idades de dois anos e quatro meses e três anos e um mês, observa, primeiramente, que o infinitivo é um tipo de estrutura utilizada tanto na fala infantil quanto na fala adulta, com a diferença de que, na adulta, o seu aparecimento é mais restrito do que na fala infantil e é caracterizado pela não-ocorrência de sujeitos lexicais.

A autora é contrária à conclusão de Wexler (1990-92) (apud Haegeman (1994)), que considera que a presença de infinitivos na gramática inicial está relacionada ao fato de a criança, tendo no seu *input* exemplos de formas finitas e infinitivas e não tendo ainda adquirido o traço *tense*

⁴⁸ Clahsen (1990) e Clahsen et al (1994): apud Vainikka e Young-Scholten (1996).

(tempo), não fazer a distinção entre os traços TNS-ST (*tense strong*), responsável pelo movimento e pela concordância visível no verbo e TNS-WE (*tense weak*), que não permite o movimento nem torna visível a concordância no verbo. Desta forma, e já que a GU aponta para as duas possibilidades, a criança assumirá as duas formas (finita e infinitiva) como finitas e adotará o infinitivo como um segundo tipo de concordância fraca.

Ainda dentro de uma visão maturacionista da aquisição, não adotada por Haegeman, é exposta a proposta de Rizzi (1994) que aponta para o caráter truncado das projeções da gramática da criança, o que significa dizer que os enunciados da fala infantil não contêm projeções funcionais associadas com um núcleo funcional. Partindo desta afirmação, o autor assinala que os enunciados produzidos pela criança são “projeções extendidas do VP que param abaixo do nível do TP, ou seja, o AgrP pode estar presente, mas o NegP está ausente.

A respeito das orações infinitivas independentes, Rizzi afirma que: a) essas estruturas não podem ser iniciadas por elementos-WH, uma vez que o movimento deste elemento para C ainda não está disponível na fala infantil; b) o sujeito, quando foneticamente realizado, não pode ser licenciado por Agr se este estiver ausente; e c) nas línguas onde o clítico tem o Agr como local de pouso, não haverá clíticos nas infinitivas independentes.

Como um contraponto às hipóteses apresentadas acima, Haegeman expõe a proposta de Boser et al.(1992). Esta análise tem uma perspectiva continuísta e assume que as sentenças raízes com a presença de infinitivos produzidas pela criança são, na verdade, CPs plenos contendo um auxiliar nulo que foi movido do I para o C ⁴⁹. Este auxiliar com traços formais de tempo e concordância checados em I é, segundo os autores, uma categoria pronominal vazia. Assim, se um auxiliar nulo é licenciado pela relação de concordância especificador-núcleo, então este auxiliar nulo em C é licenciado por compartilhar os mesmos traços formais que o sujeito no SpecIP. Em função dessa relação especificador-núcleo entre o auxiliar nulo e o sujeito em SpecIP, esta análise prevê que essas orações infinitivas independentes são sempre de sujeito inicial.

Antes, porém, de analisar os dados de Hein, Haegeman pontua os contextos em que este fenômeno é permitido pela gramática do adulto:

1. como resposta para uma pergunta, descrevendo um evento, porém com a obrigatoriedade de estar sem sujeito realizado foneticamente.

(35)-Wat doen die mensen?

- Fotos *maken*.

⁴⁹ Kato (1995) em “*Raízes não finitas*” adota análise similar em relação à aquisição do PB. Para ela, nas sentenças infinitivas da gramática inicial das crianças, um verbo auxiliar nulo é gerado no núcleo de IP.

- O que fazem estas pessoas?
- Fotos fazer

1. como uma espécie de modal: não indica nenhum tipo de evento, mas a atitude do falante em relação a um determinado evento. Novamente o sujeito não pode ser lexicalmente realizado, porém são admitidos clíticos, negação e advérbios.

(36) a. *Je boek meebrengen!*

Seu livro trazer

“Trazer seu livro.”

b. *Je boek niet vergeten.*

Seu livro não esquecer

“Não esquecer seu livro.”

c. *Ze morgen meebrengen (eh).*

Os (clít.) amanhã com trazer

“Trazê-los amanhã.”

d. *Ze morgen niet vergeten.*

Os (clit.) amanhã não esquecer

“Não esquecê-los amanhã.”

Haegeman ainda acrescenta que no flamengo aparecem dois outros usos do infinitivo em orações independentes.

2. como resposta a uma pergunta de caráter locativo. Nestas respostas encontram-se sempre verbos como *liggen* (repousar, jazer) e ou *zitten* (estremecer) .

(37)- *Waar is mijn boek?*

- *Ip de kasse liggen.*

- Onde está meu livro?

- Sobre o armário repousar

3. como sentenças de interpretação declarativa. Neste caso o sujeito lexical é permitido, podendo ser um NP pleno ou pronominal, porém esta posição não poderá ser preenchida por clíticos nem pronomes acusativos.⁵⁰

⁵⁰ No holandês padrão é permitido uso similar a este apresentado em (38), com a diferença de a entonação ter que ser exclamativa.

(38) En (Valère / zie) ze nie *togen* (eh).

E (Valère / ela) os não mostrar

“ E (Valère / ela) não os mostrar.”

Assim, Haegeman continua, a criança tendo esses dados como *input*, irá produzir estruturas que ilustram a mesma forma elíptica encontrada na fala adulta, como em (39) que segue, uma resposta que descreve um evento.

(Hein e Jok olham gravuras e Hein descreve o que os animais estão fazendo.)

(39) Jok: Wat doen die daar?

O que fazem aqueles lá?

Hein: Gras *eten*.

Grama comer

O uso do infinitivo em orações independentes com a interpretação de modal foi também encontrado nos dados de Hein. A presença de *gaan* (ir) indica futuro.

(40) Jok: Wat ga je allemaal bij Oma spelen?

O que vão vocês todos na casa da vovó brincar?

Hein: *Ballon spelen.*

Balão brincar

Haegeman observa que as orações infinitivas independentes produzidas pela criança indicam um uso muito mais permissivo do que aquele feito pelo adulto. Isto é evidenciado pelo infinitivo utilizado como modal que indica atitudes que vão do pedido de permissão à expressão de vontades e pela presença irrestrita do sujeito (nas três pessoas do discurso, lexical e nulo). Além disso, acrescenta a autora, os enunciados da criança diferem dos do adulto na medida em que a criança usa sujeitos nominativos lexicalizados e não usa clíticos objetos.

A autora, embora aponte para alguns dados que comprometem a hipótese do sujeito inicial nas independentes infinitivas,⁵¹ assume a proposta de Boser et al. de que essas orações que possuem sujeitos foneticamente realizados devem apresentá-los em posição inicial para que se satisfaça a exigência da relação especificador-núcleo entre o sujeito no SpecIP e o auxiliar nulo movido para o C.

⁵¹ Cf. Haegeman (1994) para maiores detalhes sobre a pesquisa.

2.1.2. A aquisição do português brasileiro como língua materna

É bastante consensual que a gramática do adulto que adquiriu o PB como L1 é caracterizada não só pela projeção de categorias lexicais, como também de dois sintagmas que têm como núcleo categorias funcionais: o CP (sintagma complementizador) hospedeiro dos complementadores *que* e *se* e dos *pronomes QU*; e o IP (sintagma flexional) que, por sua vez, gera no seu núcleo os traços de tempo e concordância, além de constituintes como verbos auxiliares modais e não-modais.

Sabe-se também que no PB há movimento de verbo de V para I, mas não de V para I e depois para C, como nas línguas germânicas V-2.

Sobre a aquisição do PB como L1, trabalhos recentes têm advogado em favor da projeção de núcleos funcionais na gramática inicial, proposta essa que contraria aquela apresentada por Radford (1990) de que as estruturas sintáticas iniciais desenvolvidas por crianças são caracterizadas por sua natureza intrinsecamente lexical e pela ausência de sistemas de categorias funcionais.

Em trabalho intitulado “*Raízes não finitas na criança e a construção do sujeito*”, Kato (1995)⁵² propõe, a partir do princípio de Stowell (1991)⁵³, que a criança no estágio inicial da aquisição da linguagem já possui uma estrutura sintática mínima similar a de um indivíduo adulto.

Para Kato, que postula que uma expressão só terá referência se tiver categoria funcional regente, uma vez que os nomes, verbos e adjetivos são predicados e, de acordo com esse princípio, todo predicado precisa ser regido por um núcleo funcional, as falas iniciais da criança não são mini-orações, como sugerem os seguidores da corrente maturacionista, mas sim “estruturas sintáticas bem mais complexas que se referem a entidades e eventos” (1995:120).

A hipótese teórica assumida pela autora é a da *competência mínima*, conforme a qual as estruturas da criança são complementos de uma estrutura mais complexa que tem como núcleo uma espécie de auxiliar nulo. Assim, cada tipo de forma não finita denotaria aspecto e modalidades diferentes,⁵⁴ o que permitiria supor que a criança, desde esta fase, já estaria

⁵² Neste trabalho Kato faz uma análise translingüística e utiliza dados de crianças adquirindo o PB, o inglês, o alemão, o grego e o holandês.

⁵³ Segundo esse princípio, todo predicado tem que ser regido por um núcleo funcional.

⁵⁴ De acordo com a autora, no português teríamos: ir + infinitivo; ter + participio e estar + gerúndio.

possuindo os traços sintáticos e semânticos desses auxiliares nulos, faltando-lhe apenas a matriz fonológica.

Kato ainda acrescenta que esses auxiliares só passarão a ter forma fonológica com o aparecimento da flexão finita.

Em Oliveira (1997), estudando a aquisição dos verbos *ser* e *estar* em posição de cópula, dos verbos auxiliares não-modais (*estar*-progressivo e *ir*-futuro) a partir de dados de crianças entre as idades de dezoito e vinte e seis meses adquirindo o PB como L1, conclui que essas crianças na fase inicial do seu desenvolvimento lingüístico fazem uso da projeção funcional IP.

Contrariando a postulação de Radford de que a criança no início da aquisição da linguagem não tem consciência da necessidade do uso do *be* cópula (que corresponde aos verbos *ser* e *estar* do PB) nas frases finitas do inglês adulto, que, embora semanticamente vazio, tem a função de carregar os traços de tempo e concordância do núcleo de IP, apresentei enunciados como (41) e (42) abaixo que demonstram o domínio do uso desses dois verbos copulativos indicando a presença do IP.

(41) a. *É* meu.

b. *Tá* bonito.

c. *É* bonito. (Beto -20)

(42) a *É* um botão.

b. O Maradona *tá* lá em casa.

c. Por que o braço dela *tá* assim?

d. *Tá* tudo bem. (Dany -24)

Neste trabalho é ainda assinalado que uma vez Radford analisando esses dados poderia contra-argumentar que: (1) essas orações têm todos os aspectos do que ele denomina *formulaic utterances*, que significa orações compostas de expressões fixas e (2) que não foi detectado o uso produtivo de outras formas dos verbos *ser* e *estar* exceto a forma de terceira pessoa do singular. No entanto mostrei que através de um outro tipo de análise pode-se observar que a) não se trata em (41) e (42) de *formulaic utterances* já que as orações não têm a mesma ordem de palavras, visto que aparecem nessas sentenças, na fala de uma mesma criança, sujeitos nulos e preenchidos foneticamente e, após a cópula, notam-se termos ou expressões que assumem funções sintáticas diferentes, tais como predicativo e adjunto

adverbial de modo e de lugar e b) o uso da cópula não é formular, pois a criança faz distinção semântico-sintática entre *ser* e *estar*, apresentando, assim, indícios que respondem aos requisitos apresentados por Radford para se afirmar se o indivíduo adquiriu ou não tal categoria funcional, a saber: produtividade, c-seleção, contrastividade e propriedade.⁵⁵

Radford afirma que o verbo auxiliar não-modal *estar*-progressivo (*progressive be* no inglês) está ausente na gramática inicial, uma vez que este elemento não representa para a criança nenhuma função gramatical, semântica ou temática, além de ser redundante por marcar o aspecto progressivo já determinado pelo sufixo *-ndo* (*-ing* para o inglês). Minha análise aponta, contudo, para as sentenças em (43).

(43) a. *Tou dormindo.* (Dany -24)

b. *Buscando negócio.* (Lucas -25)

⁵⁵ Sobre os critérios para a afirmação de que a criança tem adquirido uma determinada categoria Radford diz: "Using morphological evidence, we can say that we have clear evidence that a given child has acquired a given category once the child starts to acquire one or more of the inflections which attach to items belonging to that category - provided always that he is using the relevant inflections *productively* (i.e. attaching them to a wide range of stems, and not just using them in rote-learned 'set expressions'), *selectively* (c.g. attaching noun inflections only to noun stems and never to any other kind of stem), *contrastively* (c.g. attaching a plural inflection only to plural forms and not to singular forms), and *appropriately* (i.e. using an inflection only in contexts where it is required). (1990:24)

Também analisa (43-a) como uma oração sintaticamente gramatical cuja formação é descrita em (44).

(44) [[IP pro] [I tou] [VP-----] [V dormindo]]

Entretando (43-b) chama a atenção pelo fato de ser uma oração de estrutura, superficialmente, incompleta. No entanto a descrição não será a mesma se for observado o contexto em que ela foi expressa.

(45) Adulto: Onde é que papai tá agora?

Lucas: Buscando negócio.

Para justificar a ausência tanto do DP sujeito como do auxiliar, lançou-se mão da hipótese pragmática que postula que a criança não precisa repetir uma informação já pressuposta.

Com relação ao auxiliar não-modal *ir*-futuro, a autora sustentou a sua proposta de que na fase inicial da aquisição a criança já projeta a categoria funcional IP com base em frases como em (46).

(46) a. *Vou* fazer boneco. (Beto -20)

b. Adulto: Luquinhas, vai passear ?

Lucas: *Vou.* (Lucas -25)

Encontram-se em (46) orações do PB que indicam ações futuras. Assim como em (43), elas são formadas por um verbo auxiliar não-modal mais o verbo principal. A diferença entre (43) e (46) mora no fato de (43) ter o auxiliar *estar* e o principal redundantemente indicando o aspecto progressivo da oração, enquanto que em (46) somente o verbo auxiliar *ir* carrega o aspecto de futuro, ficando o verbo principal no infinitivo. Em (46-a) há um exemplo que não levanta nenhuma dúvida quanto à sua completude (embora o DP sujeito não esteja foneticamente realizado, uma possibilidade para línguas *pro-drop*), e em (46-b) em que aparece apenas o verbo auxiliar podem-se perceber nitidamente expressos, assim como nos outros exemplos arrolados, os requisitos de produtividade, c-seleção, contrastividade e propriedade para que se caracterize a aquisição do sistema funcional IP. Além disso, ressaltei, são observados nos enunciados produzidos por estas crianças os verbos *estar* e *ir* conjugados perfeitamente na primeira pessoa do singular, o que mostra que I já contém tanto o morfema de tempo como o de concordância.

Uma outra contribuição para a sustentação da hipótese de que a criança, na sua fala inicial, já projeta a categoria funcional IP, é o trabalho de Xavier

(1997) que analisa a presença de verbos auxiliares modais, de formas infinitivas e de verbos finitos na gramática infantil, através de um *corpus* formado por gravações da fala de quatro crianças brasileiras, entre dezoito e vinte e cinco meses, adquirindo o PB como L1.

Sobre a presença da marca de infinitivo *-r* (*to* na língua inglesa) que, dentro de uma visão maturacionista, não é ainda dominada na gramática inicial da criança devido à falta do sistema IP, a autora prevê, a partir dos enunciados apresentados em (47), que já neste estágio da aquisição a criança possui esta categoria funcional, conforme postula a hipótese continuista.

- (47) a. Eu sei *cantar*. (Dany - 24)
- b. Eu queria *brincar*. (Mateus -24)
- c. Ele vai *levar* meu peixe, mãe! (Mateus -24)
- d. Vou *fazer* boneco. (Beto -20)
- e. Minha amiguinha foi *trabalhar*. (Dadi -24)

Investigando a presença de verbos auxiliares modais, que Radford aposta estarem ausentes na fala inicial da criança, Xavier se deparou com os seguintes exemplos contendo esses elementos.

(48) a. Não pode subir aqui não, que cai, é? (Lucas -25)

b. Pode pegar? Pode abrir? Pode tomar? (Lucas -25)⁵⁶

Contrariando a postulação de Radford de que a criança, na fase inicial, não flexiona os verbos, uma vez que ela não tem o sistema IP, Xavier encontra no seu corpus exemplos de verbos flexionados em diferentes pessoas do discurso e tempos verbais, mais uma vez comprovando a presença dos morfemas de tempo e concordância no núcleo de IP como ilustra (49).

(49)a. Onde você *estuda*? (Lucas -25)

b. Adulto: Você viu o avião no aeroporto?

Lucas: *Vi*. (Lucas -25)

c. O cachorro *mordeu* aqui. (Beto -20)

d. Eu *quero* doce. (Dany -24)

e. Ela *dança* assim? (Dany -24)

Desta forma Xavier, assim como Oliveira, parece apontar para o domínio da categoria funcional IP pela criança desde o início da aquisição da linguagem e, se é assim, pode-se dizer que as sentenças iniciais da criança não são

⁵⁶ Conforme Kato (c.p.), os modais, como *poder*, não são diferentes de verbos como *querer* e *saber* nem servem como critério para se afirmar a presença do IP na fala infantil.

semelhantes às *Small Clauses* do adulto, segundo afirma Radford, uma vez que a *Small Clause* é caracterizada pela ausência do IP.

2.2. A Teoria de Princípios e Parâmetros e a aquisição de língua estrangeira

Em se tratando de aquisição de L2, o problema parece residir no fato de não haver uma idéia clara de se o adulto tem ou não acesso à GU, pois não existe uma teoria integrada sobre aquisição da linguagem, sobretudo uma que descreva a capacidade geral do ser humano de adquirir uma língua e que aponte para as similaridades e diferenças entre todos os tipos de “aquisição” da linguagem, a saber: aquisição de L1, aquisição não-formal de L2 (num território onde a L2 é língua nativa) e aquisição formal de L2 (em sala de aula).

Segundo Wode (1981), esta teoria integrada deveria determinar se os seres humanos realmente empregam mecanismos de aquisição de língua completamente diferentes, dependendo das situações em que se desse a aquisição e da faixa etária dos sujeitos.

Há uma proposta formulada por Felix (1987), segundo a qual existe um sistema cognitivo para a aquisição da linguagem, o Language Specific Cognitive System (LSC), que equivaleria ao Language Acquisition Device (LAD) proposto por Chomsky. Esse sistema inato e específico ao ser humano seria responsável pela aquisição da língua materna, assim como o é o LAD. Mas, de acordo com Felix, após a puberdade, os indivíduos estariam fazendo uso de um outro tipo de sistema cognitivo; este sistema, o Problem-solving Cognitive System (PSC) seria, agora, para resolução de problemas, dada a capacidade do adulto de lidar com problemas abstratos. Assim, a partir da puberdade, dois sistemas estariam operando durante a aquisição de L2, o que resultaria no enfraquecimento da habilidade do indivíduo adulto em adquirir uma língua.

Mais recentemente alguns outros estudiosos da aquisição da linguagem têm se voltado para o problema que gira em torno da relação entre os pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros e a explicação do processo de aquisição de segunda língua.

No Brasil, Cyrino (1994), estudando a aquisição do inglês por falantes nativos do PB a partir da ocorrência ou não-ocorrência do objeto nulo na

interlíngua desses sujeitos, afirma existir acesso à GU por adultos quando da aquisição de L2. Para ela:

“O adulto aprende uma língua estrangeira. O grau de sucesso que obtenha pode ser devido a fatores externos à sua capacidade de aprender uma língua estrangeira. (...) o adulto tem intuições sobre o que é possível ou não na L2, isto é, tem intuições sobre a gramaticalidade de sentenças em uma língua que não é sua língua nativa. Assim, tudo leva a crer que algum acesso à GU deve estar disponível.”⁵⁷ (1994: 3)

Também para Phinney (1987), a GU desempenha um papel importante na aquisição de uma segunda língua, uma vez que, segundo a autora, o indivíduo parte para aquisição de L2 com o valor dos parâmetros em seu estado não-marcado (*default*). A autora, que estuda o parâmetro *pro-drop* na aquisição de L1 e L2 e que assume que o estado *default* deste parâmetro é a forma encontrada em línguas como o espanhol e o italiano (+ *pro-drop*), apresenta evidências de que os falantes do espanhol têm mais dificuldades no uso dos pronomes sujeitos e expletivos do inglês quando adquirindo esta língua do que os falantes do inglês têm em omitir esses pronomes quando

⁵⁷ O que é discutível nesta afirmação de Cyrino é a utilização do termo aprende. Ela o emprega mesmo considerando a hipótese de o adulto ter “algum acesso à GU”, levando-me a crer que, para Cyrino, aprender é sinônimo de adquirir, enquanto que, sob o meu ponto de vista, esses dois termos têm acepções diferentes, como já foi dito anteriormente.

estão adquirindo o espanhol; e conclui que esses dados servem de suporte para a hipótese de que, na aquisição de L2, partir de uma versão marcada de um parâmetro para uma versão não-marcada é menos custoso para o indivíduo do que o processo inverso.

Schwartz & Eubank (1996), também discutindo sobre o estado inicial da aquisição de L2, i.e., o ponto de partida do conhecimento de um indivíduo adquirindo uma língua estrangeira, apontam para duas razões para a não-aceitação da hipótese de que o estado inicial da aquisição de L2 ser o mesmo da aquisição de L1, a saber: a) a GU não rematura; e b) o sujeito tem um conhecimento lingüístico anterior à aquisição da L2.

Os autores refutam os trabalhos anteriores que investigam a interferência da L1 na aquisição de L2 (Dulay e Burt (1974), Gass (1983), Gundel e Tarone (1992) e Jordens (1995))⁵⁸, argumentando que esses estudos não têm uma natureza dinâmica, uma vez que o seu objetivo é unicamente identificar na interlíngua indícios que levem à constatação da existência, ou não, da influência da L1 do sujeito, sem se preocuparem com os estágios de desenvolvimento que seus dados representam. Esses trabalhos são, por isso,

⁵⁸ Apud Schwartz e Eubank (1996).

meramente descritivos e não se dispõem a explicar como e porque o sujeito adquirindo uma L2 muda de um estado do conhecimento para outro.

No entanto, pesquisas recentes sobre a aquisição de L2, que têm sob seu foco também a influência da L1 sobre esse processo, têm começado a se mostrar mais interessadas em explicar o desenvolvimento lingüístico em si e em apresentar hipóteses sobre este tema baseadas em Princípios.

Vainikka & Scholten (1996), por exemplo, com base nos dados de turcos, coreanos, espanhóis e italianos adquirindo o alemão como L2 e também nos dados de crianças adquirindo o inglês, o alemão e o holandês como L1, propõem que apenas as categorias lexicais são projetadas no estágio inicial tanto da L1 quanto da L2; e que durante o desenvolvimento as categorias funcionais vão emergindo. Assim, para as autoras, tanto na aquisição de L1 quanto na de L2 o indivíduo só projeta o VP, com o sujeito se posicionando no especificador dessa categoria lexical.

A postulação das autoras é baseada em Radford (1990) que, a partir dos dados da fala inicial de crianças adquirindo o inglês como L1, prevê apenas a projeção de categorias lexicais, enquanto as projeções funcionais maturam no decorrer do desenvolvimento lingüístico e biológico do indivíduo; e em Vainikka (1993/94) que, por sua vez, baseada nos dados de

uma criança adquirindo também o inglês como L1 e tendo como objeto de investigação o uso dos pronomes que ocupam a posição de sujeito da oração, defende que o VP é a primeira projeção a ser adquirida, seguido do IP e, depois, CP.

Nos dados, ela observou que a criança no estágio inicial da aquisição (entre 1;11 e 2;1) produzia, majoritariamente, o termo *my* como pronome sujeito de primeira pessoa do singular. Numa segunda fase, a partir da idade de 2;1, a forma que predominava era *I*, e depois, aproximadamente dois meses após a aquisição da forma nominativa, a criança começou a produzir perguntas-WH com a presença de sujeito pronominal, só que a forma usada não era a nominativa da fase anterior, mas a não-nominativa da primeira fase.

A explicação dada para este fenômeno foi a de que a criança usava o sujeito não-nominativo no SpecVP porque o SpecIP ainda não tinha sido projetado na fase inicial e, sendo assim, não poderia haver atribuição de caso nominativo. Quando apareceram as perguntas-WH com sujeito pronominal lexicalizado, o sintagma WH ocupava a posição de SpecIP (que já tinha sido projetado na segunda fase), evitando o alçamento do sujeito para esta posição, ficando este na forma não-nominativa. Para a autora, isto ocorre

em decorrência da ausência do CP nesta fase da aquisição, que na fala adulta abrigaria o elemento-WH, deixando livre o SpecIP para o pouso do sujeito.

É com base nesses estudos que Vainikka & Scholten apresentam a hipótese de que, na aquisição de L2, o indivíduo constrói estruturas frasais sem projeções funcionais, assim como a criança adquire sua L1. Para as autoras, o que difere é que, enquanto a criança não apresenta nenhum tipo de conhecimento lingüístico anterior, possuindo apenas os Princípios e os Parâmetros em aberto da GU, o indivíduo adquirindo uma L2 traz o conhecimento de sua L1, transferindo para a L2 a estrutura do VP de sua L1. Depois, num estágio mais avançado, as categorias funcionais emergem como resultado da interação com a Teoria X'.⁵⁹

Schwartz & Sprouse (1996) defendem a hipótese da “Transferência Plena/ Acesso Pleno” (*Full Transfer/ Full Access* - (FT/FA)) que postula que no estágio inicial de aquisição de uma L2, o sujeito faz completa transferência

⁵⁹ Para Eubank (1996), o estado inicial da aquisição de L2 seria a gramática da L1 subtraída dos valores paramétricos que são determinados pelos traços formais dos núcleos funcionais. Segundo a proposta do autor, uma vez que a morfologia flexional da L1 não é transferida para a L2, também não o serão os valores paramétricos definidos por esses elementos. Com o desenvolvimento do processo, os valores dos parâmetros da L2 seriam marcados em decorrência da aquisição da sua morfologia flexional.

das estruturas da L1, excetuando as raízes fonéticas dos itens lexicais e morfológicos (Transferência Plena) e que, como é percebido, a partir dos dados do *input*, que as estruturas da L2 não podem ser geradas sob a gramática da L1, há numa fase posterior uma reestruturação da gramática em direção da L2 que é restringida pela GU (Acesso Pleno).

Os autores ainda acrescentam que, em alguns casos, essa reestruturação pode acontecer muito rapidamente, o que parece ser o acontecido com K., e em outros, muito vagarosamente e que o desenvolvimento deste processo é pautado com base no estado inicial, nos dados aos quais o sujeito está exposto, na GU e nas considerações de aprendizibilidade.

Bem. Observando os dados de K. e refletindo sobre as propostas dos autores acima me vejo a fazer os seguintes questionamentos:

1. se se tem por aquisição da linguagem o processo por meio do qual um indivíduo, restringido pelos Princípios da GU, marca ou remarca (se é assumida a hipótese da remarcação) determinados parâmetros, resultando na estruturação internalizada de uma língua natural, é possível afirmar que K. realmente adquiriu o parâmetro relativo ao movimento do verbo do PB? E quanto ao resultado ser diferente do que

é alcançado pelos falantes nativos dessa língua, o que será que motiva essa diferença?

2. Comparando as propostas sobre o desenvolvimento da aquisição de L2 elencadas, qual será a que mais se aproxima da descrição do fenômeno apresentado por K.?
3. E, finalmente, o indivíduo adulto lida com qual(s) sistema(s) cognitivo(s) durante a aquisição de uma segunda língua?

CAPÍTULO 3

Análise dos dados

3.1. Os advérbios sentenciais e o advérbio de inclusão *também*

Uma característica do advérbio é não permitir a transitividade. A partir desta postulação, torna-se aceitável a afirmação de Higginbothan (1985), citado por Kato e Castilho (1991), de que os advérbios não seriam nem predicados, nem argumentos. Esta afirmação converge, de certa forma, com a hipótese de Travis (1988)⁶⁰, que considera esses elementos como “categorias defectivas” incapazes de serem projetadas em categorias frasais máximas.

Contrariamente, sobre o estatuto do advérbio, Kato e Castilho apontam para duas possibilidades: ou ele é núcleo predicador que requer argumento(s), ou é sintagma que assume a função de especificador ou adjunto de uma projeção máxima.

⁶⁰ Apud Kato e Nascimento (1996).

O ponto de vista desses autores se baseia na harmonia intercategoria com adjetivos como *certo* e *possível* que, com o afixo *mente* (que seria o núcleo deste sintagma e atrairia o adjetivo, formando, assim, um núcleo composto), formam advérbios sentenciais que são núcleos predicadores ergativos que requerem como argumento uma proposição interna.

Assim, de acordo com esta análise, o advérbio sentencial seria um núcleo (Adv) que projetaria uma categoria máxima (AdvP) e que teria na posição de complemento um IP e na posição de especificador poderia pousar o sujeito de IP, justificando uma segunda posição para o advérbio sentencial.⁶¹

Considero relevante ressaltar que neste trabalho estou assumindo, como já foi mencionado no Capítulo 1, uma posição diferente desta de Kato e Castilho (1991), no que diz respeito ao estatuto do advérbio sentencial: proponho que esta classe de advérbios seja gerada em adjunção ao V ou ao núcleo de qualquer predicado mais baixo do que o VP (AP ou PP), podendo se mover e se adjungir a núcleos de nódulos mais altos na sintaxe, o que justifica a grande mobilidade que este constituinte apresenta nas sentenças do PB.

⁶¹ Cf. Kato e Castilho (1991)

Desta forma, estariam previstas as diferentes ordens para sentenças com a presença do advérbio sentencial no PB apresentadas em (15) e (16) repetidas aqui em (50).

- (50)a.... ou *talvez* os estudantes de medicina tenham aula os primeiros anos.
- b. ...ou os estudantes de medicina *talvez* tenham aula os primeiros anos
- c. ...ou os estudantes de medicina *talvez* eles tenham aula os primeiros anos.
- d. ...ou *talvez* os estudantes de medicina eles tenham aula os primeiros anos.
- e. ... ou os estudantes de medicina eles tenham aula os primeiros anos *talvez*.
- f. ... uma mesa bem posta (...) é uma exigência que se faz *talvez* por deformação

Este mesmo comportamento flexível apresentou o advérbio *talvez* nos dados do sujeito desta pesquisa. Ele assumiu três das posições discutidas acima, como pode ser conferido em (51).

- (51) a. ...e *talvez* os homens (eles) não é mau, sabe...
- b. Ah... (Eu e minha família) *talvez* nós vamos pra Ilha...
- c. Mas eu acho que esse *talvez* (ele) é melhor, né...

d. Mas é um costume diferente *talvez*, né...

Observando a distribuição do advérbio de inclusão *também*, detectou-se um comportamento muito semelhante ao do advérbio modalizador, como ilustra (18), revisto em (52) abaixo.

(52) a. *Também* nós ouvimos.

b. Certo, eu *também* concordo.

c. ... fala-se *também* em níveis de consecução de objetivos.

d. Fruta é coisa que eu como muito *também*, sabe.

Na fala do sujeito desta pesquisa, pode-se perceber um uso do advérbio *também* muito coerente com o que feito pelos falantes nativos do PB.

(46) a. Eu sei mas (Top. nulo) você *também* vai ver como era a me...meu português.

b. (Top. nulo) Ela *também* está aqui oito meses...

c. (Top. nulo) Ela *também* fala muito bem...

d. M. *também* (pro) estudou lá...

e. Ele perde *também* o trabalho.

f. Ela tem *também* amigos mais velhos, né...

g. Ela não fala muito *também*.

h. ... ela ensina lá *também*.

i. Isso eu sabia *também*.⁶²

Os exemplos em (51) acima, parecem evidenciar a marcação do parâmetro em direção ao PB, L2 adquirida por K cuja L1 exige V2. Note-se que em várias dessas construções o V está em terceira posição, possibilidade legítima no PB, mas não em holandês. Assim, pode ser nitidamente observado que o verbo finito *é* não se encontra em segunda posição, como estaria caso fosse a estrutura em (51-a) um reflexo da ordem das sentenças independentes do holandês..

O advérbio *talvez* em (51-a) parece estar adjungido ao núcleo vazio de uma projeção acima de TopP. O NP *os homens* estaria, então, deslocado à esquerda e um pronominal nulo (*pro*) estaria no SpecIP.

Em relação a (51-b), que apresenta o modalizador em adjunção ao núcleo de TopP, observa-se uma oração independente que tem o verbo finito em

⁶² Como só foi encontrado um exemplo com *também* em posição inicial (... que lá quando você terminou a escola ... *também* é muito difícil você (inint) você vai ... pra faculdade...), e esta sentença não é muito linear, preferi não incluí-la.

terceira posição, o que, como já foi esclarecido, seria uma estrutura mal-formada no holandês, mas tranqüilamente aceita no PB. O modalizador se encontra entre o NP-sujeito deslocado nulo (que está no especificador de TopP) e um pronominal fraco (que está no SpecIP), aparecendo depois o verbo finito, uma estrutura sintática prevista no PB, conforme sugestão apresentada neste trabalho.

O advérbio modalizador, no exemplo em (51-c), parece se comportar da mesma forma descrita em (51-b), ou seja, ele estaria em adjunção ao núcleo vazio de TopP, entre o NP-sujeito deslocado e o pronominal fraco no SpecIP. A diferença entre os dois exemplos é que, enquanto em (51-b) é o NP-sujeito deslocado que está nulo, em (51-c) é o pronominal fraco que se apresenta desta forma.⁶³

Para (51-d), faço a análise de que todo o IP se moveu à esquerda do advérbio, que estaria adjungido ao núcleo vazio de TopP, resultando na sua colocação no final da sentença.

⁶³ Estou propondo também para a análise dos dados de K. a hipótese de deslocamento de NPs e inserção de pronominal fraco no SpecIP baseada em exemplos com este tipo de construção na sua própria fala como em: “... *porque meu irmão, quando ele foi primeiro pra escola grande...*”

Os dados em (53) com o advérbio *também* parecem poder ser analisados conforme o proposto para os modalizadores: em (53-a,b,c,) o advérbio *também* se encontra, na sintaxe visível, anterior ao verbo finito. Admitindo-se a hipótese, segundo a qual, o NP sujeito é um elemento deslocado à esquerda e um pronominal nulo pousa no SpecIP, torna-se possível pressupor que o advérbio de inclusão se encontra adjungido ao núcleo vazio de TopP.

Em (53-d), teríamos um NP-sujeito deslocado *M.* no especificador de TopP, o advérbio adjungido ao núcleo vazio desta categoria máxima e um pronominal fraco nulo no SpecIP.

Vale ressaltar que, também nesses enunciados, o verbo finito não se encontra em segunda posição.

Em relação aos enunciados (53-e,f), o advérbio, presumivelmente, se encontra adjungido ao V. Desta forma, este constituinte estaria, originalmente, anteposto ao verbo e, com o movimento deste para o núcleo do IP, o advérbio assumiria esta posição visivelmente posverbal. Para a análise dos exemplos em (53-g,h,i), tomo, novamente, Kato & Castilho para argumentar a favor do movimento de toda a sentença à esquerda do

advérbio *que*, por sua vez, estaria adjungido ao núcleo do nóculo mais alto do que o TopP das sentenças em questão.

Assim, o advérbio modalizador (embora tenha sido considerado um elemento de pouca colaboração para a identificação do movimento do verbo no PB e nas duas línguas V-2 aqui descritas) e o advérbio de inclusão *também*, através de sentenças como estas em (51) e (53), parecem me colocar numa situação bastante confortável para a argumentação a favor da fixação do parâmetro relacionado ao movimento do verbo em direção ao PB, uma vez que: a) os processos que resultam nas suas diferentes posições no PB, i.e., deslocamento do sujeito (quer esteja na sua forma plena ou pronominal), inserção de um pronominal fraco (pleno ou nulo) no SpecIP e movimento de toda a sentença à esquerda do advérbio, não parecem ser permitidos na L1 do sujeito desta pesquisa, e b) os ambientes dos verbos finitos presentes nestas sentenças indicam o movimento para o I do PB e não para o I final, nem para o C das línguas V-2.

3.2.Sobre os advérbios aspectuais

A investigação de Kato e Nascimento sobre o uso dos advérbios aspectuais no PB os levou à conclusão de que esses elementos encontram-se, basicamente, em pontos distintos da sentença: entre o sujeito e o verbo finito, após o verbo finito e, no caso de sentenças com verbo auxiliar, entre este e o verbo temático. Os exemplos de (12) estão repetidos em (54) abaixo.

(54) a. Eles bebem cerveja *sempre* no bar.

b. Eles querem *sempre* por mais que a gente dê eles querem *sempre* a mesma coisa.

c. Estou *sempre* falando tudo depressa porque não dá tempo.

d. Os homens *sempre* bebem cerveja no bar.

e. *Sempre* os homens bebem cerveja no bar.

Repito abaixo as sentenças em (13), identificando-as como (55) que ilustram uma outra possibilidade de distribuição dos aspectuais no PB.

(55) a. Nós, *sempre* (nós) vamos à biblioteca aos sábados.

b. (Top. nulo) *Sempre* eu leio um livro antes de dormir.

c. ... *sempre* os filhos de Maria eles brincam no meio da rua.

Os enunciados acima, de certa forma, podem ser apoiados por esses autores que, partindo de Kato (1990), ainda mostram que no PB os advérbios podem ser adjungidos em, praticamente, todas as fronteiras da sentença, i.e., antes do tópico, entre este e o sujeito, entre o sujeito e o verbo, entre o verbo e o seu complemento, entre os complementos do verbo e no final da sentença, sem com isto violar o Princípio da Adjacência, mesmo sendo o PB uma língua cuja atribuição de caso se dá configuracionalmente, como numa sentença do tipo “*O João encontra sempre o mesmo livro.*” que mostra um advérbio posicionado entre o NP-objeto e o seu atribuidor de caso acusativo: o verbo.

Em concordância com o que é dito sobre o comportamento dos advérbios aspectuais na sintaxe do PB, pode ser percebido nas sentenças enunciadas por K. uma grande mobilidade na colocação desses advérbios. Mas, como já foi assumido anteriormente, de forma contrária a Kato e Nascimento, estou considerando os advérbios aqui estudados como elementos que não se adjungem às categorias máximas, mas aos núcleos dessas categorias.

- (56) a. Eu *sempre* pergunto às pessoas.
 b. ...eu *sempre* quero ajudar todo mundo...
 c. Ela *nunca* falava porque você não vai sair.
 d. ... ele pergunta *sempre*...
 e. *Muitas vezes* é muito besteira.
 f. *Sempre* todo mundo acha que você está dormindo.
 g. ...às *vezes* eu saio com amigos.

Observa-se que em (56-a,b,c) que o advérbio, gerado em adjunção a V, ao ser movido para se adjungir a I não deixa evidente o movimento do verbo de V para I, por este movimento tê-lo deixado numa posição anterior ao verbo. No entanto outros elementos indicam a estruturação da sentença conforme o PB: (56-a,b,c) apresentam orações independentes com verbos finitos em terceira posição; e (56-c), em particular, um enunciado formado por uma oração matriz seguida de uma subordinada, evidencia nessa segunda o verbo finito – que é um verbo auxiliar não-modal – em posição medial, no núcleo do IP, enquanto o verbo temático, na sua forma infinitiva, se mantém no núcleo do VP.

Em (56-d), nota-se que K. também operou o movimento do verbo de V para I. Assim, o advérbio que estava adjungido a V, logo numa posição mais alta

do que o verbo, com o movimento deste para a checagem de traços, passou a assumir essa localização mais baixa.

Analisando as sentenças em (56-e,f,g), orações independentes com o advérbio em primeira posição, presumivelmente em adjunção ao núcleo vazio de TopP, sugiro novamente que o sujeito desta pesquisa não se baseia na sintaxe da sua L1 para a estruturação de sentenças no PB, já que em (56-e) o verbo, aparentemente em segunda posição, se encontra, na verdade, após um pronominal nulo que está funcionando como sujeito da oração, o que não é permitido no holandês; e em (56-f,g) nota-se que os verbos finitos não estão em segunda posição.

Esses dados da fala de K. têm me levado a propor que, no que se refere ao movimento do verbo e à distribuição dos advérbios aqui analisados, K. está estruturando suas orações conforme o PB, projetando um tipo de estrutura sintática que não possui os traços compatíveis aos das línguas V-2, mas aos do PB.

3.3. Outras contribuições

3.3.1. A negação

Um outro elemento que, certamente, pode se constituir em mais uma evidência de que o sujeito desta pesquisa realmente marcou o parâmetro relativo ao movimento do verbo em direção ao PB é a partícula negativa.

No holandês e no alemão o elemento negativo ocupa uma posição posterior ao verbo finito nas orações principais, tornando visível o movimento de V para I para C permitido ao verbo nestas línguas.

(57)a. Ich weiß *nicht* welchen Film die Kinder gesehen haben.

Eu sei não qual filme as crianças assistido têm

“Eu não sei a qual filme as crianças assistiram.”

b. Ik weet *niet*, wat of ze meebrengen.

Eu sei não o que se eles trarão

“Eu não sei o que eles trarão.”

(Exemplos extraídos de Vikner (1995))

Na estrutura inicial, o verbo estaria em V e o NP-sujeito em SpecVP. A negação estaria em adjunção à esquerda do V. O verbo teria, então, feito o movimento não visível para I para checar traços de tempo e concordância e, em seguida, se movido para C. O sujeito, para satisfazer a ordem V-2 seria topicalizado para o SpecCP. A negação, que se manteria adjungida ao núcleo de VP, ficaria numa posição posverbal, se constituindo num indício do movimento do verbo para C.

Entretanto, nas orações encaixadas do holandês, segundo Vikner (1995), a partícula negativa sempre precederá o verbo finito que estará no núcleo de I, já que nesta língua não é permitido V-2 neste tipo de oração, mesmo com o complementizador ausente (58).^{64,65}

⁶⁴ Nas orações encaixadas do alemão a negação antecederá o verbo finito se a oração for introduzida pelo complementizador, estando o verbo no núcleo de I (a); porém, se a oração for uma declarativa não introduzida pelo complementizador, a negação seguirá o verbo, pois este estará no C disponível pela falta do complementizador (b). Nestes dois casos o elemento negativo não será *nicht*, mas a negação pronominal *keinem*.

(a) ... daB wir *keinen* Wein mitbringen sollten.
... que nós não vinho trazer devíamos

(b) ... wir sollten *keinen* Wein mitbringen.
... nós devíamos não vinho trazer

⁶⁵ Mas, conforme Zwart (1993), no holandês coloquial são possíveis orações encaixadas V-2, mesmo estas sendo introduzidas pelo complementizador. Desta forma, o elemento negativo poderá seguir o verbo que estará em segunda posição, como em (a) abaixo

(a) ... dat hij kende dat boek *niet*.
... que ele conhecia aquele livro não
“... que ele não conhecia aquele livro.”

- (58) ...dat je dat *niet* doen moet.
 ... que você isto não fazer deve
 “... que você não deve fazer isto.”

No PB, o elemento negativo é sempre pré-verbal tanto nas orações principais quanto nas encaixadas, não importando o caráter de finitude do verbo e a modalidade da oração.

- (59) a. O José *não* vende seu carro velho para mim.
 b. O José avisou que *não* vende seu carro velho.
 c. Eu avisei você para *não* comprar o carro velho.
 d. Por que você *não* comprou um carro novo?
 e. Eu quero saber se você *não* vai vender o seu carro.
 f. *Não* compre o carro por este preço!⁶⁶

Pelo descrito acima, percebe-se que a distribuição do elemento de negação no PB e nas duas línguas V-2 aqui estudadas é, significativamente, diferente.

⁶⁶ Exemplos de Torres Morais (1998).

Analisando os dados de K., observa-se que ela faz uso da negação de forma a nada lembrar a língua que ela tem como L1. A colocação dos elementos negativos em seus dados é inteiramente conforme o PB, como ilustra (60).

- (60)a. Eles *não* são falsos. (3,24)
- b. Eu acho que ele *não* pode ficar sem... o filho dele. (3,24)
- c. Eu *não* sei porque eu gosto. (4,09)
- d. É difícil pra falar num filme quando eu *não* sei todas as palavras. (4,09)
- e. Ainda *não* fui pra Clube Espanhol. (4,22)
- f. Ele *não* vai dançar. (4,22)
- g. Ele sempre fala muito devagar pra *não* falar errado. (4,22)
- h. Eu *não* gosto muito *não*. (5,20)
- i. Eu *não* vou *não*. (5,20)

Em (60-a,c,e), K. coloca o elemento negativo preverbal, em orações principais, deixando o verbo em terceira posição e ainda em (60-e) ela o faz não preenchendo a posição do sujeito. Essas construções não são possíveis no holandês. Observa-se em (60-f) que tem um tempo verbal complexo, que o sujeito, utiliza a negação, corretamente de acordo com o PB, antes do verbo auxiliar não-modal e não antes do verbo temático, erro que ela

poderia cometer, caso não tivesse conhecimento internalizado e inconsciente desta ordem correta e do escopo da negação⁶⁷. Em (60-g) K. coloca, também de forma correta, a negação antes de um verbo não-finito, construção esta completamente natural em PB. E em (60-h,i) é empregada a dupla negação que também não é permitida no holandês, mas o é na variante do PB à qual K. foi exposta.

Os exemplos em (60-b,d), poderiam ser considerados como possíveis também no holandês, já que nesta língua estão previstas orações encaixadas com negação pré-verbal. Porém se é considerada a posição em que o verbo se encontra, será notado que o sujeito não se utiliza de uma estrutura prevista na sua L1.

3.3.2. O advérbio de modo

Uma segunda contribuição para a constatação de que K. realmente marcou o parâmetro relacionado ao movimento do verbo de acordo com o PB é a distribuição do advérbio de modo, uma vez que essa classe de advérbios é tida como sendo gerada unicamente em adjunção ao VP (embora aqui eu esteja assumindo que ela é adjungida a V), podendo indicar o movimento

⁶⁷ Falo aqui do da ordem de palavras e do escopo da negação porque são possíveis no PB frases com a negação depois do verbo auxiliar modal como em “*Pedro pode não querer viajar hoje*”.

do verbo para a projeção funcional IP ou a sua permanência *in situ*. (cf. Galves (1994) e Figueiredo Silva (1996)).

Se é assim, e uma sentença como “*Carlos bem dançou.*” é considerada agramatical, enquanto “*Carlos dançou bem.*” é aceita como gramatical, torna-se possível atestar que existe movimento do verbo de V para I no PB.⁶⁸

Observando os dados de K., encontram-se as seguintes estruturas sintáticas com a presença do advérbio de modo *bem/mal*.

- (61) a. Ele também fala *muito bem*. (3,24)
 b. Ele falou *muito bem*. (4,09)
 c. Acho que não gravou *muito bom*.⁶⁹ (4,22)
 d. Ele fala *muito bem*. (4,22)

Nota-se, a partir dos exemplos acima, que a mesma rigidez que se observa no uso deste advérbio pelo falante nativo do PB é observada nos dados de K., que só o posiciona posverbalmente.

⁶⁸ Atereime apenas à análise do comportamento de advérbios do tipo *bem/ mal*.

⁶⁹ Embora o sujeito desta pesquisa tenha pronunciado a expressão *muito bom*, com base no seu comportamento sintático, estarei aqui assumindo-a como um adjunto adverbial e não como um adjetivo.

Analisando mais detalhadamente as sentenças em (61), vê-se que, embora (61-a,b,d) sejam orações bem formadas no PB, elas não serviriam de elemento decisivo para que se ateste que K. está estruturando seus enunciados conforme o PB, já que essas sentenças são matrizes e também no holandês o advérbio de modo pode ficar em posição posverbal nas orações matrizes. Mas, com base na sentença (61-c), conclui-se que não é a gramática do holandês que está subjacente às frases emitidas pelo sujeito desta pesquisa, uma vez que nesta sentença (que é uma oração encaixada introduzida por um complementizador) encontra-se um advérbio de modo em posição posverbal, o que não é possível na L1 de K.: como foi dito anteriormente, nas orações encaixadas do holandês o verbo se move para o I final, ocupando a última posição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui faço algumas considerações sobre o fenômeno que tem sido evidenciado num sujeito (K.) cuja L1 é o holandês adquirindo o PB como L2.

Embora eu não tenha acompanhado o início do processo de aquisição vivido por K., concluo que o sujeito desta pesquisa não se utilizou de estruturas de sua L1 para se comunicar em PB. Através do seu próprio depoimento, quando ela diz: “... *no primeiro mês eu falei demais em inglês e por isso eu no começo não aprender muito o português (...) mas na escola eu falei português e aqui (em casa) inglês. Eles (sua família brasileira) não sabiam que eu falei português porque eu tinha muito medo de falar...*” (3,24) e “... *lá ninguém fala... falava inglês (...) tinha que falar pra todo mundo... todos os colegas...todas as colegas: “boa noite galera, vamos comer água?” de manhã, da tarde, da noite...*” (4,24), posso concluir que, na fase inicial de aquisição do PB, K. passou por um período *silencioso* (em relação ao PB), durante o qual, enquanto desenvolvia competência para se comunicar em sua L2, ela se utilizou de uma língua comum a ela e às pessoas com quem

convivia ou de estruturas do PB por ela memorizadas, mas sem apresentar um real entendimento do significado de seus elementos.

Desta forma, comparando as propostas sobre o desenvolvimento da aquisição de L2 elencadas e observando os dados do sujeito desta pesquisa, parece ser possível confirmar a hipótese apresentada no Capítulo 2 deste trabalho, argumentando a favor da postulação apresentada por Phinney (1987), que aponta para o valor não-marcado dos parâmetros como o estado inicial da aquisição de segunda língua.

Com base nos dados coletados no período em que estive em contato direto com K., também tem sido possível concluir que ela, durante esta fase em que foi exposta ao PB, que aconteceu após a idade que os teóricos da aquisição estipulam como sendo a “idade crítica”, teve realmente acesso aos princípios da GU e marcou (ou manteve) o valor do parâmetro referente ao movimento do verbo em direção ao PB, fazendo-me propor que o processo pelo qual K. passou pode ser descrito como uma real aquisição instantânea da estrutura clausal de L2 via o valor *default*. Esta seria, então, a explicação para este desenvolvimento tão repentino e eficiente.

A diferença entre o resultado alcançado neste tipo de aquisição e o obtido quando da aquisição de L1 pode, presumivelmente, ser atribuída à interação

da GU com outros módulos como, por exemplo, o sistema cognitivo que lida com resolução de problemas abstratos.

Assim, respondendo a uma outra pergunta desta pesquisa: se o mecanismo utilizado pelo adulto quando da aquisição de uma L2 é o LAD (ou LSC proposto por Felix), responsável pela disponibilidade da GU ou o PSC, que se responsabilizará pelos fatores relativos à aprendizagem de certas operações abstratas, quando necessárias, ou, ainda, se os dois sistemas interagem, proponho que o fato de K. ter adquirido o parâmetro relativo ao movimento do verbo do PB não exclui a possibilidade de ela ter tido que aprender outros aspectos da L1 (geralmente aqueles relacionados ao léxico funcional), o que significa dizer que esses dois sistemas não são excludentes. Então, os “erros” apresentados que, segundo Schwartz e Sprouse, são decorrentes do fato de os dados positivos necessários (que são predominantemente relacionados ao léxico funcional) serem muito obscuros por serem ou muito complexos ou muito raros, poderão, talvez, ser explicados com base numa teoria da aprendizagem. Esta conclusão pode ser comprovada através de seu próprio relato: “*Eu, você e nós eu sei... mais eles ainda não...*” (referindo-se à flexão verbal de acordo com as pessoas do discurso) (4,07).

O fato de as duas línguas serem bastante diferentes entre si, na verdade, só serviu de auxílio para a confirmação desta hipótese.

Esta conclusão deve-se ao fato de que em diversas ocasiões pode ser constatado, através do uso dos advérbios modalizadores e aspectuais e do advérbio de inclusão, que K. não tem se utilizado das estruturas da L1 com as palavras da L2 para se comunicar em português brasileiro.

Embora as posições onde podem ser adjungidos os advérbios modalizadores e aspectuais e o advérbio de inclusão no PB e nas duas línguas germânicas sejam similares, tenho observado que outros elementos da sentença acusam a fixação do parâmetro relativo ao fenômeno aqui estudado em direção ao PB. Por exemplo: na L1 de K. o modalizador pode estar em primeira posição nas orações encaixadas, assim como no PB. Porém, no holandês existem algumas restrições quanto a essa colocação que não estão previstas no PB como, por exemplo, a exigência da presença do complementizador e de que o NP-sujeito seja pleno.

Em relação ao movimento do verbo evidenciado pela distribuição desses advérbios, tenho notado que a oração encaixada é o contexto em que estes elementos mais auxiliam na identificação do movimento do verbo de acordo

com o PB ou com o holandês. No PB, tanto nas sentenças principais quanto nas encaixadas estes advérbios, gerados em adjunção a V ou ao núcleo de um predicado secundário mais baixo, podem se mover e se adjungir ao núcleo de qualquer projeção máxima mais alta, mas quando se mantêm adjungido ao V, percebe-se, nitidamente o movimento do verbo de V para I que está à esquerda. No holandês, o advérbio em posição preverbal quando adjungido ao V das encaixadas não denota o movimento de V para I, por ser esta língua de núcleo final. Então, quando encontro nos dados de K. a utilização de um advérbio numa posição posverbal numa oração encaixada, sou levada a concluir que o movimento do verbo para I não está sendo de acordo com o holandês, mas sim com o PB.

Além disso, ainda sobre a posição dos advérbios modalizadores e aspectuais, não foram encontradas estruturas com a ordem Adv-V-Suj. Essas estruturas, comuns no holandês e alemão conforme os exemplos em (29), seriam agramaticais no PB não devido ao fato de o verbo estar em segunda posição, mas pela inversão verbo-sujeito.

Ao lado de tudo isso, as sentenças negativas e os advérbios de modo do tipo *bem/mal* têm servido também de indício para a constatação da fixação do movimento do verbo em direção ao PB: K. sempre se utiliza de negação

preverbal, seja a sentença principal ou encaixada, ao passo que na sua L1, na sentença principal, a negação só pode ser posverbal; e faz uso do advérbio de modo em posição posverbal em sentenças encaixadas, enquanto na sua L1 só seria permitido o uso deste advérbio anteposto ao verbo.

Também analisando os dados de K., observei que, embora seja natural que uma segunda língua interfira na aquisição de uma terceira (K. já havia aprendido o alemão e o inglês antes de adquirir o PB), não houve indícios robustos de transferência dessas línguas.

O inglês não interfere, o que pode ser comprovado na fala de K. pelo uso que é feito dos advérbios aspectuais, que no inglês são sempre preverbiais devido à ausência do movimento do verbo de V para I nesta língua, enquanto no PB se apresentam em diversas fronteiras.

Em relação ao alemão, presumo que pouca coisa há para ser dita, uma vez que dizer que há interferência desta língua é o mesmo que dizer que há transferência do holandês, em face da grande semelhança entre as duas línguas. Assim, posso também afirmar que K. demonstrou completa regularidade no que diz respeito ao movimento do verbo conforme o PB, da mesma forma apresentada por um falante nativo desta língua. Ela não recorreu a nenhum tipo de intercalação de estruturas de sistemas

lingüísticos diferentes: nem *code switching* (uso de sentenças de uma língua intercaladas num discurso em outra língua, obedecendo as restrições da gramática), nem muito menos *code mixing* (combinação de elementos de duas ou mais línguas sem obedecer as restrições da gramática).

Abstract

This study is an analysis of the result obtained by a Dutch-speaking adult when acquiring/learning Brazilian Portuguese (BP). Its goal is to verify whether the cognitive system involved in this process is the Language Acquisition Device (LAD), the Problem-solving Cognitive System (PSC), or both. The different positions of the frequency adverbs, of the sentence adverb *talvez* and of the adverb *também*, taken as an adverb that indicates inclusion are provided as empirical evidence in favour of the claim that the type of verb movement found in his utterances is not V to C (according to Dutch), but V to I (according to BP). As far as problems related to the lack of nominal or verbal inflection are concerned, it is proposed that they exist due to a delay in the learning process. So, the data indicate that an adult can access the Principles of Universal Grammar (UG) and acquire a second language, but it is also true that he has to learn some aspects related to the functional lexicon of the target language.

Key words: 1. Second language acquisition. 2. Portuguese language – adverbs. 3. Comparative grammar – syntax.

Referências Bibliográficas

BELLETTI, Adriana. (1990) *Generalized verb movement: aspects of verb movement*. Rosenberg & Sellier, Torino.

----- (1995) "Verb positions: evidence from Italian". In: David Lightfoot & Norbert Hornstein (eds.) *Verb Movement*. Cambridge University Press, Cambridge.

CASTILHO, Ataliba. & CASTILHO, Célia M. M. de. (1992) "Advérbios Modalizadores". In: Rodolfo Ilari (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol.II. Editora da UNICAMP, Campinas.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht.

----- (1986-b) *Knowledge of Language: It's Nature, Origin and Use*. Praeger, New York.

----- (1995) *The Minimalist Program*. The MIT Press, Massachusetts.

- CINQUE, G. (1997- no prelo) *Adverbs and Functional Heads. A cross-linguistic perspective*. Oxford University Press.
- CLAHSEN, H. & SMOLKA, K. (1989) "Psycholinguistic Evidence and the Description of V2 Phenomena in German". In: Hubert Haider & Martin Prinzhorn (eds.) *Verb Second Phenomena in Germanic Languages*. Foris, Dordrecht.
- CYRINO, S. (1994) *Aquisição de Língua Estrangeira e Gramática Universal - gramática núcleo vs. periférica e o problema da integralização na aquisição*. Universidade Estadual de Londrina. (mimeo).
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Editora da UNICAMP, Campinas.
- FELIX, S. (1987) *Cognition and Language Growth*. Foris Publications, Dordrecht.

GALVES, C. (1994) "V-Movement: Levels of Representation and the Structure of S". In: Jorge Campos & Carlos Mioto (eds.) *Letras de Hoje*. Vol.29. PUCRS, Porto Alegre.

HAEGEMAN, L. (1991) *Introduction to Government and Binding Theory*. Blackwell, Oxford.

----- (1994) *Root infinitives, Tense and truncated structures*. (mimeo)

HAIDER, H. (1989) "V-Second in German". In: Hubert Haider & Martin Prinzhorn (eds.) *Verb Second Phenomena in Germanic Languages*. Foris Publications, Dordrecht.

----- & PRINZHORN, M. (1989) "Introduction". In: Hubert Haider & Martin Prinzhorn (eds.) *Verb Second Phenomena in Germanic Languages*. Foris Publications, Dordrecht.

KATO, Mary A. (1990) "A Ergatividade dos Adjetivos". ms. Trabalho apresentado no Encontro da ANPOLL, Recife, 1990.

----- & CASTILHO, Ataliba. (1991) “Advérbios Modalizadores: Um novo núcleo predicador?” In: Mary Aizawa Kato (ed.) *Delta*. Vol.7, no.1.

----- & NASCIMENTO, Milton do. (1996) “Preenchedores aspectuais e o fenômeno da flutuação dos quantificadores”. In: Ataliba Castilho & Margarida Basílio (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Vol. IV. Editora da UNICAMP, Campinas.

-----, NASCIMENTO, Milton do et alii. (1996) “Padrões de Predicação no Português Falado no Brasil”. In: Mary A. Kato (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. V. Editora da UNICAMP, Campinas.

-----, TARALLO, F. et alii (1993) “Preenchedores Sintáticos nas Fronteiras de Constituintes”. In: Ataliba T. de Castilho (Org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. III. Editora da UNICAMP, Campinas.

KOOPMAN, H. (1984) *The Syntax of Verbs. From Verb Movement Rules in the Kru Languages to Universal Grammar*. Foris, Dordrecht.

KRASHEN, S & TERRELL, T. (1983) *The Natural Approach. Language Acquisition in the classroom*. Alemany Press, California.

LASNIK, H. (1992) "Case and Expletives: notes toward a parametric account". In: *Linguistic Inquiry*. Vol. 23, no. 3.

LEITE, Y., CALLOU, D. et alii. (1996) "Tópicos e Adjuntos". In: Ataliba Castilho e Margarida Basílio (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Vol. IV. Editora da UNICAMP, Campinas.

LIGHTFOOT, D. (1992) *How to Set Parameters: Arguments for Language Change*. The MIT Press, Cambridge.

----- & HORNSTEIN, N. (1995) "Verb movement: an introduction". In: David Lightfoot & Norbert Hornstein (eds.) *Verb Movement*. Cambridge University Press, Cambridge.

OLIVEIRA, I. O. (1997) *Do small children speak small clauses? I don't think so*. UEFS. (mimeo).

- OUHALLA, J. (1991) *Functional Categories and Parametric Variation*.
Routledge, London.
- PHINNEY, Marianne. (1987) "The Pro-drop Parameter in Second Language Acquisition". In: Thomas Roeper & Edwin Williams (eds.) *Parameter Setting*. D. Reidel Publishing Company, Dordrecht.
- POLLOCK, J-Y. (1989) "Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP". In: *Linguistic Inquiry*. Vol.20, no.3.
- POSSENTI, Sírío (1992) "Ordem e Interpretação de Alguns Advérbios do Português". In: Rodolfo Ilari (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol.II. Editora da UNICAMP, Campinas.
- RADFORD, A. (1990) *Syntactic theory and the Acquisition of English syntax: the nature of early child grammars of English*. B. Blackwell, Oxford.
- RAPOSO, E & URIAGEREKA, J. (1990) "Long-Distance Case Assignment". In: *Linguistic Inquiry*. Vol. 21, no. 4.
- RIZZI, L. (1986) "Null Objects in Italian and the Theory of *pro*". In: *Linguistic Inquiry*. Vol. 17, no. 3.

- (1988). "The new comparative syntax: principles and parameters of Universal Grammar". ms.
- (1996) *The fine structure of the left periphery*. U. de Génève,ms.
- ROBERTS, I. (1990) *Verbs and diachronic syntax*. Université de Génève,ms.
- SCHWARTZ, B. & EUBANK, L. (1996) "What is the 'L2 inicial state'?"
In: Bonnie Schwartz & Lynn Eubank (eds.) *Second Language Research*. Vol.12.no.1.
- & SPROUSE, R. A. (1996) "L2 cognitive states and the Full Transfer/ Full Access Model". In: Bonnie Schwartz & Lynn Eubank (eds.) *Second Language Research*. Vol.12, no.1.
- TORRES MORAES, M. A. (1998) "Aspectos diacrônicos e sincrônicos do licenciamento dos itens negativos nada, nenhum, ninguém no português". ms. Trabalho apresentado no Encontro da ANPOLL, Campinas, 1998.

VAINIKKA, A. & YOUNG-SCHOLTEN, M. (1996) "Gradual development of L2 phrase structure". In: Bonnie Schwartz & Lynn Eubank (eds.) *Second Language Research*. Vol.12, no.1.

VIKNER, S. (1995) *Verb Movement and Expletive Subjects in the German Languages*. Oxford University Press, Oxford.

WODE, Henning (1981) "Language-Acquisitional Universals: A Unified View of Language Acquisition". In: Harris Winitz (ed.). *Native language and foreign language acquisition*. New York.

XAVIER, G. R. (1997) *Os modais, o infinitivo e os verbos finitos. Aquisição de INFL na língua portuguesa*. UEFS. (mimeo).

ZWART, J. W. (1993) *Dutch Syntax: A Minimalist Approach*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Groningen.